

Sofia Aboim

## Capítulo 5

# Dinâmicas de interacção e tipos de conjugalidade

## Introdução

Neste capítulo temos como objectivo analisar as dinâmicas de interacção dos casais pesquisados através do inquérito às *Famílias no Portugal Contemporâneo*, dando conta da diversidade de tipos de conjugalidade na sociedade portuguesa contemporânea<sup>1</sup>.

A preocupação com a diversidade do funcionamento da família conjugal, sustentada na ideia de privatização dos comportamentos familiares<sup>2</sup>, abriu caminho, desde os anos 60, para o desenvolvimento de várias abordagens que voltaram o olhar para a dinâmica interna da vida familiar (v. Kellerhals e Roussel, 1987), por contraponto às explicações de âmbito macrossociológico fundadas na relação entre família e processo de industrialização, predominantes desde Durkheim (1975 [1895]) a Parsons (1955 e 1971). Entrava-se, assim, no domínio da microsociologia das relações conjugais

---

<sup>1</sup> Para uma visão detalhada dos aspectos teóricos e metodológicos subjacentes à análise das dinâmicas de interacção na família conjugal, dos quais aqui apresentamos uma versão necessariamente abreviada. v. Aboim (2004).

<sup>2</sup> O movimento de privatização foi sobejamente descrito pelos historiadores das mentalidades, ao apontarem para a crescente sentimentalização da vida familiar (Ariès, 1973; Shorter, 1995). Com esta ideia chama-se a atenção para a maior autonomia do privado face ao público, por um lado, e para o centramento no indivíduo e na sua realização pessoal, processo histórico que alguns autores entendem como «individualização» (Beck e Beck-Gernsheim, 1995 e 2002).

e familiares, buscando identificar, descrever e explicar a sua diversidade interna (Kellerhals *et al.*, 1989), objectivo fundamental que norteia as várias perspectivas de análise que desde então se desenvolveram.

Em face deste propósito comum, pode analisar-se a família conjugal, como propõe Roussel (1980 e 1991), a partir da dimensão simbólica dos valores e das representações sociais, tecendo a ponte entre as grandes transformações sócio-culturais e as interpretações que os grupos ou os indivíduos fazem dessas normas sociais historicamente situadas – aqui o elemento central de explicação dos modelos familiares. Pode também dotar-se a família conjugal de uma dinâmica interna com propriedades específicas de interacção, mais ou menos sustentadoras da explicação dos comportamentos privados, pressupondo, como faz o interaccionismo, a sua relativa independência face aos contextos sociais. Fiéis a este princípio, as tipologias de matriz interaccionista fundam-se logicamente sobre eixos essenciais da dinâmica de grupo, como a coesão interna, a integração no exterior ou a regulação dos conflitos. Prolífico na construção de conceitos e de metodologias de análise, o interaccionismo, herdeiro da terapia familiar norte-americana, desenvolveu-se, numa primeira fase, contando com o trabalho de Burgess, Locke e Thomes (1960 [1945]), que definiram a família companheirista, por contraponto à família instituição, de Berger e Kellner (1975 [1962]), que viram a família como lugar de construção nómica, e ainda de muitos outros que, nos anos 70 e 80, criaram modelos de análise e tipologias de funcionamento familiar (nomeadamente Olson e McCubbin, 1983, Reiss, 1981, e Kantor e Lehr, 1975). Mais recentemente são inúmeros os autores que reatualizam, numa sociologia de matriz americana, a abordagem interaccionista e as microanálises do funcionamento interno da família (v., por exemplo, Brines e Joiner, 1999, Lee e Duxbury, 1998, Zuo, 1992, Pawlowski, 1998, Rogers e Amato, 1997, e Noller e Fitzpatrick, 1990).

É, aliás, salientando também a capacidade construtora da realidade de que a família é portadora que Kellerhals *et al.* (1982, 1987 e 2000) trabalham sobre as interacções na família conjugal, embora não descurando, por outro lado, a articulação fundamental com os contextos sociais<sup>3</sup>. Nesta linha, relevando analiticamente o campo das interacções – ou seja, olhando para o casal e a família como produtos das relações entre os seus pro-

<sup>3</sup> Relembra-se que Kellerhals e a sua equipa identificaram alguns tipos principais de família: as famílias *bastião*, caracterizadas por coesão fusional, regulação normativa e fechamento ao exterior; as famílias *companheirismo*, caracterizadas por coesão fusional, regulação comunicacional e abertura; as famílias *paralelas*, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação normativa e fechamento; as famílias *associação*, caracterizadas por coesão por autonomia, regulação comunicacional e abertura.

tagonistas –, Kaufmann (1992) analisa, por exemplo, a construção de hábitos na vida conjugal, Singly (1993) acentua o carácter relacional da família contemporânea, Torres (2000b) não esquece, por seu lado, esse princípio ao definir pluridimensionalmente o conceito de conjugalidade e ao afirmar a necessidade de um constante vaivém entre o micro e o macro-social que possibilite, como é tradição na sociologia da família em Portugal<sup>4</sup> (v. Wall, 1993), a articulação entre família e contextos sociais de existência. Com efeito, se a abordagem interaccionista contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos de análise da dinâmica interna da vida familiar, as análises da família a partir do seu lugar na organização social permitiram relativizar a ideia de uma privatização total dos comportamentos<sup>5</sup>, lembrando que as famílias também são de «classe» (Bertaux, 1978) e que na interacção se jogam recursos que dependem do lugar (de classe, de género) que se ocupa na estrutura social (Giddens, 1984; Bourdieu, 1979 e 1983).

Entrar na vida privada fazendo a articulação entre família e organização social constitui assim, como sabemos, outra forma importante de abordar o funcionamento familiar: desde as propostas de famílias de classe (Bertaux, 1978; Menahem, 1979 e 1985), que privilegiam a organização económica da família, a enfoques sobre a família como lugar de estruturação das diferenças de género, que se traduzem em formas de divisão do trabalho mais tradicionais e desiguais ou mais modernas e igualitárias (Oakley, 1974; Michel, 1977 e 1978; Tilly e Scott, 1978; Barrère-Maurrisson *et al.*, 1984; Oppenheimer, 1977), a perspectivas que tentam articular classe e género, mostrando o entrecruzamento de ambas as «pertencas» na organização da vida familiar e da relação conjugal (por exemplo, Kellerhals *et al.*, 1982).

As várias maneiras de olhar para a família têm, contudo, pontos comuns. De ângulos diferentes, dando maior peso a factores de ordem económica, social, cultural ou interaccional, procuram investigar as principais características da dinâmica interna das famílias. Por exemplo, todas as perspectivas que referimos procuram tornar inteligível a natureza do laço social que une a família conjugal (a coesão interna), muito embora o fa-

<sup>4</sup> Vários podem ser os exemplos citados quando se alude à associação entre família e contextos sociais na sociologia portuguesa: lembrem-se as pesquisas de Ana Nunes de Almeida sobre as famílias operárias do Barreiro (1993), de M. das Dores Guerreiro sobre a relação entre família e actividade empresarial (1996) ou de Karin Wall sobre as mudanças ocorridas nas famílias camponesas do Baixo Minho (1998a). Em todas estas investigações é recorrente a estratégia de estudar as dinâmicas familiares a partir da identificação de grupos específicos e bem delimitados na estrutura das classes.

<sup>5</sup> Como bem demonstrou, por exemplo, o trabalho de Girard (1981 [1964]) sobre a homogamia.

çam a partir de diferentes dimensões (o trabalho, os gostos, os recursos financeiros...), de diferentes níveis de análise (as práticas, as representações) e de diferentes quadros explicativos da acção. Uma leitura integrada dos vários contributos sociológicos para a abordagem da vida familiar certifica, assim, a necessidade de juntar vários enfoques e dimensões de análise a fim de melhor aferir uma realidade tão pluridimensional como a família.

Ao elegermos como objecto o «lado de dentro» da vida conjugal e familiar, inquirindo sobre a diversidade das formas de funcionamento da família conjugal na sociedade portuguesa contemporânea, tentamos combinar vários olhares. Partindo dos conceitos de coesão e de integração, desenvolvidos no âmbito da perspectiva interaccionista, procuramos articular as interacções às posições sociais dos membros da família, observando, por um lado, as relações de género no casal e, por outro, os contextos sócio-económicos de existência. Procuramos ainda caracterizar o funcionamento interno da família, investigando tanto as práticas como as representações em vários sectores da vida familiar: o trabalho doméstico e profissional, os lazeres, as conversas, o dinheiro, os gostos, os convívios com amigos e familiares.

A opção de analisar não só as representações, mas também as práticas da vida familiar, é consequente com a ideia de rotinização da vida quotidiana<sup>6</sup>, que nos apresenta o sentido da vida familiar como um produto da interacção social. Observar as práticas rotineiras em áreas-chave do quotidiano, como o trabalho doméstico, os lazeres e as conversas, permite-nos, por um lado, destringir entre o lado instrumental e o lado expressivo da vida familiar, apreendendo a complementaridade entre ambos nas rotinas do dia a dia, e, por outro, fazer a articulação entre família e género num quadro de análise que junta à esfera da produção doméstica áreas menos habituais – as práticas de lazer e a conversação – nas pesquisas sobre as divisões de género. Com efeito, esta dimensão não pode ser alheada da forma de coesão, pois a fusão ou a autonomia não se produzem à margem das relações de género, ou não fosse a família um lugar primordial de incorporação e de reprodução das diferenças entre homens e mulheres (Bourdieu, 1998).

<sup>6</sup> Ideia central para a teoria da estruturação de Giddens (1984) – que o autor vai buscar ao interaccionismo simbólico, designadamente ao trabalho de Erving Goffman –, a rotinização é um dos conceitos fundamentais a ligar a análise institucional à interacção dos actores em situações de co-presença.

## Classificar a família conjugal: dimensões de análise e indicadores

Entramos no domínio das interacções produzidas na família conjugal no momento actual do seu percurso (a fase de criação de filhos em idade escolar, relembre-se) em função de dois conceitos-chave, aliás presentes na maioria das tipologias: a coesão interna e a integração externa.

A coesão refere-se à natureza do laço social que une internamente os membros do casal ou da família, laço que pode assentar em relações e normas mais centradas na fusão ou na autonomia. A coesão pode ser observada sob várias perspectivas: através do acento na semelhança ou na diferença entre os membros do casal (nos gostos, nas ideias, etc.); através do montante de recursos, actividades e decisões que são colocadas sob o controlo do nós-casal em detrimento da autonomia individual; ou ainda através das práticas, tratando-se aqui de ver em que medida se está junto e se faz determinadas tarefas e actividades em conjunto (fusão), ou, pelo contrário, se está separado e se tem práticas levadas a cabo individualmente (autonomia).

Por seu lado, o grau de integração externa visa medir a abertura ou o fechamento do grupo. No primeiro caso, o casal/família manifesta um alto nível de integração no mundo exterior, enquanto no segundo adopta uma atitude de fechamento. Se se centrar a análise a nível das atitudes, focar-se-á a percepção do mundo social, a visão do lugar a ocupar na sociedade, ou ainda a permeabilidade a informações vindas do exterior (por exemplo, o recurso a informação especializada: médica, sobre educação, etc.). Se se privilegiar uma abordagem a nível das práticas, poder-se-ão utilizar indicadores sobre hábitos de consumo cultural (leitura de jornais, práticas culturais...) ou aferir-se o contacto directo com o mundo exterior e as sociabilidades com outras pessoas. As percepções, os interesses e os consumos de informação têm sido, aliás, os indicadores normalmente privilegiados pelos sociólogos da família na classificação do grau de abertura ou de fechamento ao exterior (Kantor e Lehr, 1975; Reiss, 1981; Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000), ao passo que o universo das práticas de lazer e de sociabilidade tem convocado menos atenção<sup>7</sup>.

Relembradas as definições gerais dos conceitos, resta-nos explicitar brevemente a operacionalização que deles fizemos, pois, na medida em que tanto a coesão interna como a integração externa podem ser observa-

<sup>7</sup> A integração externa das famílias é analisada a este nível, por exemplo, por J. Coenen-Huther (1991), que classifica a abertura ou fechamento das famílias a partir do indicador «recepção de visitas».

das segundo diversas ópticas, dimensões e níveis de análise, procurámos dar conta do seu carácter pluridimensional, reunindo um conjunto diversificado de indicadores (quadro n.º 5.1).

#### Indicadores utilizados na classificação dos tipos de interacção conjugal

[QUADRO N.º 5.1]

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Modalidades
Coesão interna	Práticas de coesão conjugal na família	Práticas rotineiras em três áreas: Tarefas domésticas Actividades/lazeres fora de casa Conversas	Práticas separadas Práticas fusionais Práticas polivalentes
	Papéis de género no casal: Na divisão do trabalho doméstico e profissional	Tipo de divisão conjugal das tarefas domésticas	Trabalho feminino Delegação das tarefas Partilha conjugal
	No tipo de autonomia individual	Condição do casal face ao trabalho profissional	Profissão masculina Profissão feminina Profissão dupla (ambos trabalham)
	Regra de coesão conjugal	Actividades/lazeres feitos em separado pelos cônjuges	Autonomia masculina Autonomia feminina Autonomia equilibrada (masculina e feminina)
Integração externa	Diversidade das actividades/lazeres da família	Tipo de coesão procurada na organização do dinheiro	Fusão Autonomia relativa Autonomia
	Diversidade das sociabilidades da família	Tipo de coesão procurada na relação a dois (amigos, gostos, tempos livres)	
		Volume de actividades no exterior da casa	Abertura nula Abertura fraca Abertura média Abertura forte
		Volume de saídas com outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos)	

Perceber a natureza do laço que une internamente o casal levou-nos a olhá-lo sob várias vertentes. Em primeiro lugar, abordámos a coesão interna através das *práticas de coesão* produzidas actualmente no interior da

família conjugal, procurando saber «quem faz o quê com quem?» em três domínios do quotidiano (o trabalho doméstico, as actividades fora de casa e as conversas). Esta abordagem permite-nos identificar os vários subgrupos de interacção existentes dentro do grupo familiar (o indivíduo, o casal, o casal e os filhos, a mãe e os filhos, o pai e os filhos...), evitando isolar artificial e excessivamente o par conjugal do seu contexto familiar e doméstico (os filhos, ainda outros residentes, se se tratar de uma família complexa). Permite-nos ainda saber se no quotidiano do casal predominam práticas fusionais (centradas no nós-casal, no nós-família), práticas marcadas pela autonomia conjugal, onde o «nós-casal/família» tem fraca expressão no dia a dia do grupo familiar (o vector ou eixo de coesão dentro da família conjugal seria, portanto, outro), ou ainda práticas de coesão polivalentes, em que a fusão e a separação dos membros do casal aparecem combinadas<sup>8</sup>.

Uma segunda dimensão de análise da coesão interna fundamenta-se nas *divisões conjugais do trabalho e dos lazeres*, chamando à análise a questão da igualdade de género. Assim, num extremo podemos ter um modelo de indiferenciação, predominando a partilha conjugal das tarefas domésticas, a dupla profissão e um equilíbrio na construção da autonomia individual em matéria de actividades e lazeres, enquanto num outro extremo podemos ter um modelo de diferenciação de tarefas e de actividades. Do ponto de vista do trabalho, a diferenciação de papéis no casal pode traduzir-se tanto no modelo de ganha-pão masculino como no modelo em que ambos têm profissão e a mulher se encarrega das tarefas domésticas. A diferenciação pode estar também presente em formas diversas de construir eventuais espaços de autonomia nas práticas de lazer – por exemplo, uma forte autonomia masculina pode associar-se a uma fraca individualização de actividades e lazeres no feminino.

Por último, através de uma terceira dimensão da coesão tentamos perceber se se procura hoje, passados em média 16,5 anos de vida em comum, colocar sob o controlo do nós-casal alguns recursos essenciais (o dinheiro, os gostos, o tempo livre e os amigos), procedimento que nos permite identificar a existência de um direccionamento explícito (uma *intenção*) para a autonomia ou para a fusão. A *regra de coesão conjugal* pressupõe, assim, o acentuar ou o esbater da individualidade face ao

<sup>8</sup> Lembrando alguns aspectos metodológicos da nossa pesquisa, é de frisar que, a fim de captarmos os vários subgrupos dentro da família, procurámos fazer perguntas de maneira que o casal não surgisse obrigatoriamente como protagonista do quotidiano feminino, de acordo com a ideia de que a coesão familiar pode não se estruturar em função do casal (onde, como é com que frequência surge nas respostas femininas a autonomia pessoal, o nós-casal ou o nós-família?).

«nós», o frisar de uma estratégia de preservação ou de erosão de «recursos» pessoais. Trata-se aqui da autonomia ou da fusão como «construção nómica» explícita, podendo esta alinhar ou não com práticas conjugais/familiares mais fusionais ou mais autónomas.

Resumindo, a coesão é observada através de três dimensões: as práticas de coesão no quotidiano (o trabalho doméstico, os lazeres, as conversas); as modalidades de divisão sexual do trabalho (profissional e doméstico) e das actividades/lazer fora de casa; a regra de coesão conjugal observada através de determinados recursos que podem ou não colocar-se sob o controlo do nós-casal.

Finalmente, com o conceito de integração externa queríamos aferir se os membros do casal têm contactos com o exterior, que tipo de actividades predominam na vida familiar (ir ao café, ao cinema, participar em actividades políticas ou religiosas...) e também se se convive com outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos). São, assim, dois os indicadores de integração externa no momento actual da vida dos casais: *o volume e a diversidade de actividades e lazeres da família conjugal e o volume e a diversidade de sociabilidades com outras pessoas*<sup>9</sup>. Deixámos de lado a análise da abertura ou fechamento em termos de permeabilidade às informações do exterior ou de percepção aberta ou desconfiada do mundo social. Aqui abertura significa sair de casa para fazer qualquer coisa, a sós, em casal, em família, com ou sem outras pessoas, perspectiva que dá prioridade às práticas em detrimento das áreas de interesse por si só, ao mesmo tempo que tenta contrariar a tendência para isolar analiticamente a família conjugal como grupo de interacção apartado de um universo de sociabilidades, de contactos, de relações sociais significativas.

Nas secções seguintes faremos uma exposição, passo a passo, dos principais resultados obtidos na operacionalização de cada uma das dimensões de análise das interacções, apresentando depois uma tipologia agregada das diferentes formas de interacção conjugal. Como veremos adiante, essas diferentes formas de interacção são cúmplices de visões normativas específicas sobre o casal (as «orientações normativas da conjugalidade»

que analisamos no capítulo 4 deste livro) e associam-se, em particular, a determinados contextos sociais de existência.

## A coesão interna

### As práticas de coesão conjugal no seio da família

O trabalho doméstico<sup>10</sup>, os lazeres e as conversas são as áreas da vida quotidiana a partir das quais se identificaram os diferentes subgrupos de interacção existentes no interior do grupo familiar. As rotinas do casal no seio da sua família podem ser por ele protagonizadas de modo «fusional», dando assim expressão ao *nós-casal*, ou ao *nós-família* no caso de se incluírem os filhos nessas actividades conjugais, ou podem, pelo contrário, ser vividas de modo «separado» pelos membros do duo conjugal, sobresaindo antes as práticas individuais de cada cônjuge, ou ainda as realizadas por mãe e filhos e pai e filhos, tratando-se então de formas de coesão estruturadas em função de outras relações (a parental, por exemplo) que não a conjugal. Numa aproximação interaccionista, algo goffmaniana, ao dia a dia do casal no seu contexto familiar, interessa-nos saber dos «encontros quotidianos» em que os seus membros se vêem envolvidos. Além de medirmos a fusão ou a separação do par conjugal nas práticas, seguindo de perto a tendência subjacente a várias pesquisas da matriz interaccionista americana (por exemplo, White, 1983, Hill, 1988, Noller e Fitzpatrick, 1990, Zuo, 1992, Reissman, Aron e Bergen, 1993, Brines e Joiner, 1999, e Kalmijn e Bernasco, 2001), a análise dos diferentes subgrupos de interacção existentes no interior da família conjugal permite-nos distinguir também maneiras específicas de se estar junto (a dois ou em família) e de se estar conjugalmente separado (individual ou *parentalmente*).

Constituindo uma dimensão fundamental, as práticas de coesão, normalmente menos utilizadas do que as normas como indicadores da dinâmica interna dos casais, revelaram ser fulcrais na estruturação das interacções no interior da família conjugal<sup>11</sup>, advogando o princípio, tão bem

<sup>9</sup> A diversidade é aqui uma medida de «volume/quantidade de actividades» realizadas. Na verdade, de um leque de 11 actividades «rotinizáveis» diferentes (v. questionário «Famílias no Portugal Contemporâneo» em [www.ics.ul.pt](http://www.ics.ul.pt)) que resultavam em 37 possibilidades de resposta para identificar e descrever os lazeres e convívios não só do casal, mas de todo o grupo doméstico, contabilizámos o número de actividades mencionadas pela inquirida, independentemente de se tratar desta ou daquela actividade especificamente. Quanto maior é esse número de respostas, maior é também o número de «saídas» realizadas pelos membros da família e maior é ainda, por consequência, a diversidade de actividades efectuadas (ir ao café, cinema, teatro, jantar/almoçar, visitar amigos/familiares, fazer desporto, etc.).

<sup>10</sup> Tema que é objecto de uma análise aprofundada no capítulo 6, «A divisão familiar do trabalho».

<sup>11</sup> Com efeito, como adiante veremos, a dimensão das práticas de coesão é a que mais relevo tem na construção de uma tipologia de conjugalidades, pois seu o peso estatístico na configuração dos diferentes tipos é indicado por um coeficiente de contingência muito elevado (0,76).

explicitado por Bourdieu (1983, 1987), da adequação estrutural das disposições subjectivas à realidade objectiva. Assim, começamos por apresentar uma «cartografia» dos diferentes subgrupos existentes na vida actual da família conjugal. Observamos o peso relativo de cada um deles (a mulher, o homem, a mulher e os filhos, o homem e os filhos, o casal, a família nuclear, eventualmente outros co-residentes) nas práticas rotineiras: as tarefas domésticas, as actividades fora de casa e as conversas. Seguidamente vemos quem faz o quê com quem, querendo saber, em suma, que práticas convocam lógicas fusionais entre o casal e que práticas se quedam pela separação do par conjugal. Num terceiro momento de exposição centramo-nos na interacção entre o casal, procurando perceber qual o seu lugar no seio da família nuclear; depois de uma análise dos vários subgrupos de interacção que existem no dia a dia da família conjugal, quer-se, afinal, saber se o casal é o principal eixo de coesão na família ou se, pelo contrário, existem lógicas quotidianas pouco centradas neste par. Procurando responder a esta questão, destrinchamos os diferentes perfis de práticas de coesão conjugal que caracterizam a vida interna do núcleo familiar, apresentando um cenário global composto por alguma diversidade.

### Os subgrupos dentro da família: quem faz o quê com quem?

O trabalho doméstico tem, como comprovam várias pesquisas (por exemplo, Chabaud-Rychter *et al.*, 1985, Singly, 1990a, Kellerhals *et al.*, 1982, e Kaufmann, 1992), grande importância na construção dos hábitos que sedimentam o quotidiano e as trocas, normalmente desiguais em afares e competências, entre o casal.

Analisando brevemente esta esfera, encontramos um cenário conjugal e familiar permeado por desigualdades, evidenciando, em coerência, aliás, com vários outros estudos sobre a realidade portuguesa (v. Infante, 1988, Torres e Silva, 1998, e Perista, 2002), as diferenciações de género que persistem na vida doméstica das famílias (quadro n.º 5.2). Enquanto a mulher realiza sozinha 54,2% das sete tarefas domésticas que contabilizámos, o marido ou companheiro faz sozinho apenas 17,9% dessas mesmas tarefas. Por outro lado, as tarefas participadas conjuntamente pelo casal<sup>12</sup> não representam mais do que 14,4% do trabalho doméstico e as realizadas pela família (casal e filhos) não vão além de 1,5% do total. O subgrupo mãe/

<sup>12</sup> A participação conjunta abrange duas situações diversas: o casal faz uma tarefa a dois ao mesmo tempo; a mulher e o homem fazem ambos a mesma tarefa, embora a sua realização não seja conjunta.

Distribuição das tarefas domésticas\* pelos subgrupos que actualmente, dentro da família, as realizam sempre ou muitas vezes  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.2]

	Percentagem de trabalho doméstico realizado por... **	Percentagem de casos na amostra em que a «mulher, cônjuge, casal... não familiares» realizam pelo menos uma tarefa doméstica	Número médio de tarefas realizadas por...
Subgrupos na família nuclear:			
Mulher.....	54,2	94,5	3,75
Cônjuge.....	17,9	83,7	1,24
Casal.....	14,4	56,5	1,00
Mulher e filhos(as).....	5,3	17,9	0,37
Cônjuge e filhos(as).....	0,5	3,6	0,04
Casal e filhos(as).....	1,5	7,1	0,10
Filhos(as).....	0,7	3,4	0,05
Outras pessoas co-residentes no agregado doméstico:			
Familiares residentes (sozinhos ou sobretudo com a mulher).....	2,2	4,8	0,15
Não familiares (sozinhos ou sobretudo com a mulher).....	0,0	0,2	0,00
Participação da empregada doméstica***:			
Empregada doméstica (sozinha ou sobretudo com a mulher).....	3,3	10,2	0,23
Total.....	100,0	-	-

\* O trabalho doméstico inclui sete tarefas: ir às compras, fazer as refeições, tratar da loiça, tratar da roupa, limpar a casa, fazer pequenas reparações em casa e tratar das tarefas administrativas.

\*\* Optámos por utilizar três indicadores: na primeira coluna de dados encontramos a soma de todas as tarefas realizadas na família (100% de tarefas), dividido pelas pessoas ou grupos de pessoas que as realizam sempre ou muitas vezes, obtendo-se assim a «percentagem de trabalho» que cabe a cada pessoa/subgrupo; na segunda coluna temos a quantidade de casos, no total da amostra, em que as pessoas/subgrupos realizam pelo menos uma tarefa doméstica; na terceira coluna podemos ler o número médio de tarefas realizadas por cada pessoa ou subgrupo.

\*\*\* Devemos esclarecer que, apesar de a nossa unidade de análise se centrar na família conjugal, incluímos neste ponto tanto outras pessoas (familiares e não familiares) co-residentes, no caso de o agregado doméstico ser complexo, como a empregada doméstica (na maioria dos casos não residente no agregado da família conjugal), figura cuja ausência tornaria mais difícil a compreensão de certas estratégias conjugais de divisão do trabalho da casa.

filhos tem também mais tarefas a seu cargo (5,3%) do que o conjunto pai/filhos (0,5%), valores a corroborarem o menor peso global da participação doméstica no masculino.

Vejamos seguidamente quais são as principais tendências observadas em matéria de actividades e de lazeres fora de casa, práticas que têm vindo a ser privilegiadas enquanto indicadores de coesão conjugal em algumas pesquisas tanto nos Estados Unidos (Finucane e Horvath, 2000; Zuo, 1992; Hill, 1988) como na Europa (Kaljmin e Bernasco, 2001). As proporções comparativas de lazeres tidos em conjunto e em separado pelo casal reflectem, na verdade, aspectos centrais da sua dinâmica de fusão ou de autonomia, já que nos informam sobre o que fazem os cônjuges do tempo que lhes sobra depois de cumpridas as obrigações quotidianas. Como escrevem, a este propósito, Kaljmin e Bernasco (2001, p. 640), «o lazer constitui uma grande parte da vida que os casais estão a viver...»<sup>13</sup>.

Relativamente aos lazeres e às actividades fora de casa efectuadas no último ano, podemos então constatar (quadro n.º 5.3) a predominância da «fusão da família nuclear» (o nós-família), contrastando com o protagonismo mais débil do nós-casal. Enquanto metade (49,4 %) das actividades lúdicas é, afinal, protagonizada pelo grupo casal e filhos, só 7,7% são realizadas «a dois» pelo casal. De qualquer forma, em contraste com as lides domésticas, as actividades lúdicas são, por excelência, uma área de produção de práticas fusionais, tendência que Kellerhals *et al.* (1982) haviam também assinalado para os casais suíços da segunda metade da década de 70. O pendor fusional dos lazeres surge igualmente confirmado nas pesquisas de Hill (1988) sobre os casais americanos da década de 80 ou, mais recentemente, de Kaljmin e Bernasco (2001) sobre a Holanda contemporânea.

A separação dos cônjuges nos lazeres é, todavia, também visível, com os homens a assumirem a dianteira no que respeita ao «fazer coisas» sozinhos, já que as mulheres se repartem, muito mais do que aqueles, entre práticas individuais e práticas enquadradas pela maternidade. Se 10,5% dos lazeres são masculinos e 9,7% são femininos, números relativamente equilibrados, não deixa, contudo, de ser verdade que os homens têm mais

<sup>13</sup> No mesmo sentido, Lalive d'Épinay *et al.* (1983, pp. 30-31) referiam, no início dos anos 80, que «os lazeres podem então tornar-se um lugar privilegiado da análise sociológica contemporânea [...] Pelo seu companheirismo ambíguo com a problemática do trabalho, a do lazer diz respeito à globalidade da vida quotidiana». Se o trabalho doméstico separa o casal, os lazeres constituem uma parte considerável das práticas fusionais no tempo livre que o casal/família tem para estar junto, conclusão, aliás, corroborada quer pelos resultados da pesquisa de Kellerhals e equipa (1982) sobre os casais suíços de há vinte anos atrás, quer por outras pesquisas europeias e norte-americanas mais recentes.

actividades a sós (6,8%) e menos com os filhos (3,5%), havendo mais similitude entre as duas percentagens no caso das mulheres.

Distribuição das actividades fora de casa\* pelos subgrupos que actualmente, dentro da família, as realizam  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.3]

	Percentagem de actividades realizadas por...	Percentagem de casos na amostra em que a «mulher, cônjuge, casal... etc.» realizam pelo menos uma actividade fora de casa...	Número médio de actividades
Subgrupos na família nuclear:			
Mulher.....	4,5	24,4	0,30
Mulher e filhos(as).....	5,0	25,3	0,33
Cônjuge.....	6,8	34,4	0,45
Cônjuge e filhos(as).....	3,5	18,9	0,23
Casal.....	7,7	33,8	0,51
Casal e filhos(as).....	49,4	89,3	3,27
Filhos.....	21,5	59,1	1,42
Outras pessoas co-residentes no agregado doméstico + pelo menos um membro da família nuclear (subtotal):			
Mais mulher.....	1,7	4,9	0,11
Mais mulher e filhos(as).....	0,0	0,2	0,00
Mais cônjuge.....	0,2	0,7	0,01
Mais cônjuge e filhos(as).....	0,0	0,1	0,00
Mais casal.....	0,2	0,7	0,01
Mais casal e filhos(as).....	0,2	0,6	0,01
Mais filhos(as).....	1,1	4,2	0,07
Mais filhos(as).....	0,2	0,7	0,01
Total.....	100,0	-	-

\* Ir ao cinema; ir a exposições e museus; ir a espectáculos desportivos; ir ao café; passear; fazer desporto; ir ao restaurante; comer em casa de alguém; dormir em casa de alguém; participar em actividades religiosas; participar em actividades políticas.

A análise dos assuntos de conversa quotidiana (quadro n.º 5.4) vem acrescentar novas colorações às tendências até agora apontadas. Área de construção nómica, o diálogo é, indubitavelmente, o domínio de maior fusionalidade do casal. De facto, a esmagadora maioria dos casais (94,5%) conversa a dois sobre pelo menos um dos seis temas investigados. No in-

terior da família nuclear, a conversa entre o casal assume, assim, os valores mais elevados, logo seguida pela que se tece entre casal e filhos, entre mãe e filhos e, finalmente, entre pai e filhos, subgrupo menos expressivo, tal como sucedia, aliás, nas actividades e lazeres. Quando são mencionadas outras pessoas co-residentes no agregado da família nuclear, as principais «junções» para conversar abrangem todo o grupo «casal e filhos», ou o «casal a dois», dando maior evidência a subgrupos organizados em função da unidade conjugal (o nós), face a junções que aliem apenas um membro do casal às outras pessoas que com ele co-residem no momento actual.

Distribuição das conversas\* pelos subgrupos que actualmente, dentro da família, as têm habitualmente  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.4]

	Percentagem de conversas entre...	Percentagem de casos na amostra em que a «mulher e filhos, o cônjuge e filhos... etc.» têm pelo menos um assunto habitual de conversa..	Número médio de assuntos de conversa
Subgrupos na família nuclear:			
Mulher e filhos(as).....	12,8	55,6	0,90
Cônjuge e filhos(as).....	8,4	46,2	0,59
Casal.....	42,5	94,5	2,98
Casal e filhos(as).....	26,4	79,0	1,85
Filhos.....	3,3	16,7	0,23
Subgrupos com outras pessoas co-residentes no agregado doméstico (subtotal):			
Mais mulher/mulher e filhos(as).....	6,6	7,3	0,47
Mais cônjuge/cônjuge e filhos(as).....	0,9	4,0	0,06
Mais casal.....	0,6	2,9	0,04
Mais casal e filhos.....	3,0	6,9	0,22
Mais casal e filhos.....	1,9	5,6	0,13
Mais filhos.....	0,3	1,2	0,02
Total.....	100,0	-	-

\* Foram contemplados os seguintes temas de conversa: vida profissional; escola e estudos; assuntos domésticos; desporto; livros, cinema, jornais, notícias; problemas pessoais.

Desta análise podemos desde já retirar, pelo menos, duas conclusões. A primeira diz respeito às modalidades de fusão entre o casal, a segunda reporta-se à separação conjugal. Relativamente ao primeiro tópico, deve assinalar-se que a fusão conjugal se constrói de maneira diversa consoante a esfera que se analise. No trabalho doméstico, o «nós» é pouco visível graças ao maior esforço feminino nessa área; nas actividades e lazeres a aliança produz-se mais em redor da família nuclear no seu conjunto; nas conversas evidencia-se então o «nós-casal», permitindo observar na conjugalização da comunicação um processo relevante, à laia do que propunham Berger e Kellner (1975 [1962]), de construção quotidiana do casal.

Relativamente ao segundo aspecto, importa assinalar que a «separação conjugal» é, antes de mais, uma realidade trespassada por diferenciações de género. As práticas de separação no feminino evidenciam claras especificidades: são as mulheres que realizam a maioria das tarefas mais rotineiras e que constroem formas de autonomia enquadradas pela maternidade, saindo e conversando com os filhos mais do que os maridos ou companheiros. As lógicas de separação masculina face ao nós-casal constroem-se, inversamente, pelo afastamento do doméstico e por saídas mais individualizadas. Estas diferenças verificadas nas modalidades de «separação conjugal» – a feminina, mais familiar, e a masculina, mais individualizada – retratam uma vida conjugal fortemente marcada pelo género, em que as mulheres estão indubitavelmente mais comprometidas com as obrigações familiares do que os homens.

#### Práticas que unem, práticas que separam

Ora, se em termos do formato dos subgrupos (*com quem se partilha esta ou aquela rotina*) encontramos combinações singulares entre fusão conjugal, fusão familiar e separação do casal, em matéria de conteúdos (*o que se faz*) as diferenças são igualmente significativas. Entrando um pouco mais dentro das rotinas da família, importa saber que tipo de práticas são particulares a cada um dos subgrupos existentes no seu interior (quadro n.º 5.5)<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Neste ponto importa ressaltar a opção de excluir da análise estatística as outras pessoas co-residentes nos grupos domésticos de famílias complexas, em virtude do seu número reduzido. Muito embora 11,9% das famílias sejam complexas, só em cerca de 5% dos casos as pessoas que aí co-residem são referidas como participando nas tarefas domésticas ou nos lazeres dos membros do núcleo conjugal e só em 7,3% dos casos são mencionadas como integrando as conversas levadas a cabo entre estes últimos.

Percentagem de casos em que cada subgrupo (mulher, mulher e filhos, cônjuge... etc.) realiza pelo menos uma tarefa, actividade, conversa  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.5]

	Mu- lher	Côn- juge	Mu- lher e filhos	Côn- juge e filhos	Casal	Casal e filhos
Tarefas domésticas:						
Ir às compras.....	51,7	3,8	1,9	0,5	39,6	1,7
Fazer as refeições.....	76,6	0,8	3,7	0,2	14,4	1,1
Tratar da loiça.....	68,8	1,7	11,8	0,2	10,1	3,0
Tratar da roupa.....	85,8	0,1	5,8	0,0	1,7	0,5
Limpar a casa.....	67,7	0,5	13,1	0,0	7,8	2,8
Fazer reparações.....	8,0	76,6	0,7	2,8	5,1	0,1
Tarefas administrativas.....	33,7	41,2	0,3	0,2	22,6	0,6
Cuidados com os filhos:						
Ajudar os filhos nos trabalhos escolares.....	43,5	13,7	0,8	0,2	23,7	0,2
Levar os filhos à escola.....	31,5	15,6	0,1	0,2	16,8	0,1
Levar os filhos ao médico.....	59,9	3,8	0,1	0,0	34,5	0,0
Estar com os filhos na hora de deitar.....	40,2	3,0	0,1	0,0	42,2	0,2
Actividades fora de casa:						
Cinema.....	0,8	0,7	3,7	1,5	7,4	10,5
Exposições.....	1,2	0,3	1,3	0,2	2,3	14,0
Espectáculos desportivos.....	0,7	10,8	1,5	11,8	1,5	7,0
Fazer desporto.....	3,2	5,7	1,4	2,4	0,8	2,0
Comer em casa de alguém.....	0,5	0,7	0,7	0,2	1,7	54,0
Ir ao restaurante.....	1,5	3,0	0,3	0,1	4,4	51,0
Dormir em casa de.....	0,2	0,0	0,5	0,1	0,4	6,9
Passar.....	0,5	1,4	3,2	0,8	7,3	70,1
Ir ao café.....	14,0	18,3	6,2	3,7	19,7	49,0
Participar em actividades religio- sas.....	5,6	0,9	13,5	1,9	2,8	22,1
Participar em actividades políti- cas.....	1,1	2,3	0,1	0,0	0,5	0,2
Conversas:						
Vida profissional.....	-	-	4,3	1,4	80,2	24,4
Escola e estudos.....	-	-	39,8	9,6	26,1	62,3
Assuntos domésticos.....	-	-	11,0	0,6	71,5	17,2
Desporto.....	-	-	7,7	37,8	10,2	15,1
Cultura, livros, actualidade.....	-	-	7,0	6,9	32,1	37,3
Problemas pessoais.....	-	-	17,9	2,2	72,9	26,4

Ao olharmos para os nossos resultados, verificamos, desde logo, que o quotidiano feminino transporta as marcas de uma profunda estruturação doméstica. Ordenando os vários tipos de práticas indagadas no inquérito por ordem decrescente de importância, encontramos, saltando à vista no topo da lista feminina, a tarefa que maior proporção de mulheres (85,8%) realiza sozinha, sem qualquer apoio: o tratar da roupa. Continuando, de-

pois, a examinar, um por um, os vários itens desta lista, são ainda as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos que ocupam, por larga vantagem, os lugares de maior destaque. Só num longínquo 11.º lugar aparecem os 14,0% de mulheres que habitualmente vão ao café sozinhas. O perfil das actividades realizadas a sós pelo homem é, por seu lado, consideravelmente distinto, ainda que, tal como acontece com as mulheres, a percentagem de homens que têm actividades realizadas a sós seja claramente insuficiente para que o lazer fosse eleito como prática da maioria. Na verdade, não chegam sequer a um quinto os homens que têm como hábito irem ao café sozinhos, actividade fora de casa mais comum.

Muito embora, tanto num caso como noutro, as actividades inerentes ao «quotidiano instrumental» da família preenchem o quotidiano feminino e o masculino, as especificidades encontradas retratam duas formas distintas de viver o doméstico, enunciando uma «oposição» de género que ganha substância no carácter mais público ou privado inerente a cada tipo de tarefa, bem como na saliência dada às competências tradicionais da masculinidade e da feminilidade (v. Bourdieu, 1998, p. 8). Elas cozinham, limpam, lavam; eles tratam das tarefas administrativas e das reparações, por exemplo.

Os subgrupos mãe/filhos e pai/filhos protagonizam aquilo a que chamamos «autonomia familiar», por contraponto a uma individualização a solo nas práticas, mais comum, como sabemos, no masculino do que no feminino. Ora, as actividades electivas destes «subgrupos monoparentais» contribuem para reafirmar as já conhecidas diferenças de género no casal. Embora o encontro pela conversa sobressaia em ambos os casos, entre mãe e filhos o registo é simultaneamente mais instrumental, mais interno e mais intimista (conversas sobre a escola, assuntos domésticos, problemas pessoais), enquanto na dinâmica pai/filhos se descobre uma orientação mais lúdica e voltada para fora (assuntos desportivos, temas da actualidade). Trocam-se os temas da vida interior ao espaço familiar por assuntos de carácter mais geral. Para além das conversas, a relação mãe/filhos é ainda marcada pela participação em actividades religiosas, pela realização de tarefas domésticas (limpar a casa e tratar da loiça) e por algumas idas ao café. Por seu lado, o subgrupo pai/filhos, globalmente menos marcante nas rotinas, define os seus contornos sobretudo através de actividades desportivas ou de idas ao café, novamente se operando a conexão entre masculinidade e o lado mais lúdico do quotidiano familiar.

Voltando a análise para os subgrupos fusionais (casal e família nuclear), evidenciam-se igualmente especificidades próprias de cada um deles.

Reafirmando, em conformidade com as ideias propostas por Berger e Kellner (1975 [1962]), a primazia do diálogo na construção do nós-casal,

a análise dos temas de conversa conjugal mostra a centralidade da vida profissional, dos problemas pessoais e dos assuntos domésticos na conversação conjugal. Este trio dos temas mais falados enfatiza a importância que as «rotinas instrumentais» têm no fluir do discurso e da troca quotidiana entre o casal. Mostra também que a conjugalidade é, afinal, um espaço onde os afectos e a intimidade pessoal convivem de perto com o trabalho.

Não deixa, entretanto, de ser curioso descobrir a primazia assumida pela vida profissional como mote das trocas verbais entre parceiros (80,2% elegem este assunto para conversar), já que esta é, por assim dizer, uma área de individualização. Como alerta Singly (2000b, p. 14) ao dissertar sobre o individualismo na vida a dois, o trabalho profissional estaria no centro das possibilidades de se ser um «indivíduo sem», por contraponto ao ser-se um «indivíduo com» família. Afinal, cada cônjuge está normalmente apartado do outro durante um determinado número de horas diárias. Falar sobre a vida profissional seria então retransformar em fusão uma prática individual, trazendo para dentro do casal algo que habitualmente se vive fora dele. Nesta óptica, como aponta Testenoire (1999, p. 55), o trabalho profissional teria um carácter dual. Quando tomado tema de conversa, passaria a estar no centro de «uma confrontação entre territórios pessoais e uma zona comum, simbolizada pelo ‘nós’ conjugal», formulação que, nas palavras da autora, leva a pensar numa definição de fusão também como troca de autonomias. Ou seja, como processo que põe em comum as experiências vividas individualmente nas rotinas do quotidiano.

Retomando o fio de análise das actividades electivas do nós-casal, verificamos que, a par do diálogo, uma grande parte dos casais partilha alguns dos cuidados com os filhos, bem como a ida às compras. Malgrado as desigualdades conjugais na repartição do trabalho doméstico, algumas tarefas relacionadas com a casa e os filhos não deixam de marcar uma significativa presença no conjunto das actividades afectas ao nós-casal. Finalmente, verificamos ainda que as práticas de lazer propriamente ditas não têm uma presença esmagadora: apenas cerca de um quinto dos casais tem como hábito quotidiano a ida ao café.

O lazer fora de casa tende, como antes observámos, a ser objecto de uma colectivação familiar que junta o casal aos filhos. O passeio encaixa na lista dos lazeres familiares mais frequentes, ao qual se seguem actividades como ir comer a casa de familiares ou amigos, ir ao restaurante e ir ao café. A conversa sobre assuntos escolares e temas de actualidade constituem as duas outras práticas que reúnem mais de um terço das famílias pesquisadas, permitindo pressupor que as questões relacionadas com

os filhos (no caso, a escola) e os tópicos de interesse geral sustentam, em alguma medida, a interacção verbal da família nuclear, quando reunida.

O carácter familiar das práticas de lazer demonstra o seu pendor fusional, evidenciando, à laia do que acontece noutras pesquisas (Kaljmin e Bernasco, 2001), a centralidade da partilha do tempo livre como materialização do estar junto. Todavia, embora não agregue a maioria dos casos, o campo dos lazeres pode servir também para a expressão da autonomia conjugal. No caso das mulheres, a ida ao café e as actividades religiosas constituem actividades preferenciais; no caso dos homens, o transversal e habitual café alia-se sobretudo às actividades desportivas, enunciando um contraste de género. De uma forma geral, o desporto e a religião separam os casais, enquanto os passeios, os restaurantes, o ir comer a casa de alguém, algumas das actividades mais comuns, envolvem frequentemente saídas conjuntas dos dois cônjuges.

Num olhar global, afirma-se a preponderância de lazeres em torno da comida e bebida e dos passeios, em detrimento de «saídas para actividades culturais» (ir ao cinema, a exposições, a espectáculos...) ou ainda de actividades políticas e sindicais, práticas francamente minoritárias. Neste cenário, a ida ao café assume talvez o lugar mais plural – junta e separa, consoante os momentos, as ocasiões, afirmando a sua importância nos tempos livres das famílias<sup>15</sup>.

A vida familiar dos casais portugueses surge, no final do século XX, significativamente estururada pelo peso das «rotinas instrumentais», muito embora certos aspectos lúdicos não possam, evidentemente, ser menosprezados, sobretudo quando se trata da construção de tempos e espaços para se estar junto. A ideia de actividades de lazer, entendidas como um tempo de relaxamento oposto ao trabalho, surgiu, aliás, ao mesmo tempo que a família se privatizava. De um lado, o lazer como prática social generalizada (e não só aristocrata ou burguesa) é uma «invenção» moderna progressivamente conquistada à medida que as horas de trabalho profissional vão diminuindo (Coster e Pichault, 1985) e no espaço/tempo da vida quotidiana se multiplicam os círculos sociais. É assim, nas sociedades de modernidade avançada, para utilizar a formulação de Giddens

<sup>15</sup> Uma prática já não só dos homens (Cutileiro, 1977; Vale de Almeida, 1995), mas generalizada igualmente às mulheres, como actividade autónoma ou conjugal, prática, aliás, que teve relevo no acesso das mulheres ao espaço público tradicionalmente masculino. Forma de lazer que Lalive d'Épinay *et al.* (1983) classificaram de «lazer de sociabilidade local», atendendo a características como a frequência, a circunscrição espacial, a ausência de programação, a ida ao café é, em Portugal, indubitavelmente, uma das actividades que maior relevo assumem na cartografia dos lazeres individuais, conjugais e familiares.

(1992), que a existência de tempo livre constrói o lazer como prática (relativamente) corrente e através da qual também se fabricam relações sociais entre indivíduos. De outro lado, a separação entre trabalho e família transforma o tempo livre destinado ao lazer num tempo familiar (depois, é claro, do tempo para o trabalho doméstico!), sendo comumente afirmada a sua crescente importância. Em suma, a centralidade da intimidade familiar que o processo de privatização fez emergir não é alheia aos movimentos de transformação social que alteraram progressivamente os ritmos de vida individuais e colectivos nas sociedades ocidentais. Uma coesão familiar estruturada pelo lazer surge precisamente enquanto possibilidade gerada pela privatização das relações familiares e pelo centramento no bem-estar individual. Ou seja, a família como unidade de trabalho passou a poder ser, além disso, também uma «unidade de descanso» durante um maior período de tempo.

#### O lugar do casal nas práticas quotidianas dentro da família nuclear: diferentes perfis de coesão conjugal

Identificados os vários subgrupos de interacção no interior da família, importa agora direccionar o olhar para o par conjugal e perceber qual é o seu lugar nas práticas quotidianas do grupo «casal e filhos». Identificam-se assim seis diferentes perfis de coesão conjugal (quadro n.º 5.6). No seu contexto familiar, o par conjugal pode «viver» de maneira mais separada, desde casos em que descobrimos uma *separação forte* nas rotinas pesquisadas até outros em que a separação do casal predomina ainda mas é um pouco mais *atenuada*, já portadora, por conseguinte, de alguma fusão fraca; o casal pode, ao contrário, ser um subgrupo de interacção fundamental no quotidiano da família, predominando assim as práticas de *fusão conjugal*; o casal pode ainda aparecer bastante junto nas rotinas da família, mas a par também de outros subgrupos não conjugais (a mulher e o homem isoladamente ou em «conjunto monoparental»), construindo a sua coesão de modo mais diversificado, mais *polivalente*. Vejamos, um pouco mais detalhadamente, cada um destes vários perfis.

Começando por descrever a coesão conjugal por *separação forte* nas rotinas diárias, percebemos que este perfil, apesar de minoritário, não deixa de possuir alguma expressão percentual (8,0%). No interior da família nuclear descobrem-se duas lógicas fundamentais. Por um lado, a falta de encontro entre os cônjuges, que não se faz nem pelo trabalho doméstico, nem pelas actividades de lazer fora de casa, e se faz também pouco pelo diálogo; por outro lado, a prevalência da junção entre mãe e filhos (impor-

tante, por exemplo, a nível do diálogo) sobre o nós-casal ou mesmo o nós-família nuclear. Não podemos, obviamente, concluir que outras formas de encontro e fusão conjugal não se tenham no quotidiano destes casais, uma vez que a nossa análise recai somente sobre uma parcela dessas vivências de todos os dias. Apenas concluímos o que os nossos dados nos permitem, e, face a esses, a dinâmica da separação quotidiana do casal é uma evidência.

Práticas de coesão do casal na família nuclear ( $n = 1776$ ): índices de sub e sobre-representação face às médias globais de tarefas domésticas, actividades fora de casa e assuntos de conversa\*

[QUADRO N.º 5.6]

Subgrupos	Total (médias)	Separação		Fusão expressiva (18,9)	Fusão (10,3)	Polivalente expressiva (16,8)	Polivalente (19,6)
		(8,0)	(26,4)				
<b>Trabalho doméstico:</b>							
Mulher.....	3,75	0,83	0,64	0,51	-1,21	0,27	-1,17
Cônjuge.....	1,24	-0,21	0,07	0,11	-0,11	0,04	-0,08
Casal.....	1,00	-0,73	-0,57	-0,53	1,26	-0,47	1,29
Mulher e filhos(as).....	0,37	-0,06	-0,10	-0,17	0,28	-0,13	0,21
Cônjuge e filhos(as).....	0,04	0,03	-0,01	0,01	0,01	-0,01	-0,02
Casal e filhos(as).....	0,10	-0,06	-0,05	-0,01	0,10	-0,08	0,10
Filhos(as).....	0,05	0,13	-0,02	0,03	0,00	-0,03	-0,01
<b>Outros:</b>							
Empregada doméstica.....	0,23	-0,20	0,06	0,01	-0,20	0,31	-0,18
Familiares residentes.....	0,15	0,27	-0,01	0,05	-0,12	0,08	-0,13
<b>Actividades:</b>							
Só mulher.....	0,30	-0,08	0,03	0,00	0,00	0,25	0,24
Mulher e filhos(as).....	0,33	0,07	0,13	0,00	0,00	0,18	0,14
Só cônjuge.....	0,45	0,04	0,24	0,00	0,00	0,15	0,20
Cônjuge e filhos(as).....	0,23	-0,10	0,12	0,00	0,00	0,10	0,14
Casal.....	0,51	0,00	0,00	-0,08	0,09	1,03	0,08
Casal e filhos(as).....	3,27	0,00	0,12	0,15	0,43	0,21	0,76
Filhos.....	1,42	-0,07	-0,04	-0,08	-0,16	0,23	0,08
<b>Conversas:</b>							
Mulher e filhos(as).....	0,90	0,27	0,06	-0,09	-0,33	0,07	-0,02
Cônjuge e filhos(as).....	0,59	0,01	0,04	-0,10	-0,04	0,07	0,02
Casal.....	2,98	-0,75	-0,14	0,07	-0,08	0,27	0,30
Casal e filhos(as).....	1,85	-0,76	-0,13	-0,19	0,31	0,19	0,38
Filhos(as).....	0,23	0,11	-0,02	0,05	-0,04	-0,01	0,01

\* Consideraram-se como sub e sobre-representação as diferenças inferiores (v. sombreados) e superiores (v. médias a negro) a 0,1 face às médias globais da amostra.

Por seu lado, a coesão conjugal por separação atenuada (26,4%) parece ser, em certa medida, o desenvolvimento da primeira em direcção a uma lógica um pouco mais fusional. O carácter desigual da divisão conjugal do trabalho conjuga-se com práticas que ora separam o casal, ora o juntam, numa ténue fusão familiar a nível dos lazeres, que não ultrapassa, em média, 3,39 actividades em conjunto. Em todos estes casais há sempre qualquer forma de actividade lúdica realizada fora do quadro conjugal, seja apenas do homem, apenas da mulher ou de ambos em uníssono, muito embora os homens fiquem claramente a ganhar às mulheres no que respeita à individualização das suas actividades. A dose considerável de separação quotidiana entre o casal estende-se ainda ao diálogo, área que é também caracterizada por fraca fusão conjugal.

Estes dois retratos permitem vislumbrar o peso que, na sociedade portuguesa, assumem as dinâmicas de conjugalidade menos fusionais, essencialmente caracterizadas por lógicas de separação conjugal e pelo domínio quotidiano das actividades de produção instrumental, configurando um espaço de autonomia produzido, em grande medida, pelo carácter de género das rotinas do dia a dia.

Relativamente aos casais caracterizados sobretudo por práticas fusionais, também representando cerca de um terço das famílias da amostra, encontramos dois perfis. A fusão expressiva (18,9%) distingue-se pela desigualdade de género na divisão conjugal do trabalho doméstico e pela junção de toda a família nuclear nas actividades fora de casa. Na esfera lúdica tece-se o «encontro» entre os cônjuges. Um encontro fabricado sobretudo pelo nós-família, figura na qual se tende a diluir nas práticas do dia a dia o nós-casal. Estes casais identificam-se ainda por uma certa fusionalidade a nível das conversas, domínio privilegiado de interacção conjugal.

A fusão instrumental e expressiva (10,3%) caracteriza-se, ao contrário, pela importância do casal como centro da partilha de tarefas domésticas, que divide, em média, mais 1,26 tarefas do que a generalidade dos casais da amostra. Se a mulher tende a fazer mais, o casal reparte, ainda assim, bastante, quando comparado com outras formas de organização doméstica. A nível do lazer, configura-se também aqui uma fusão estruturada pela figura da família nuclear. A composição deste cenário junta-se ainda, no plano das conversas, uma sobre-representação dos temas debatidos em família, a reforçar o carácter familiar da dinâmica fusional. A relação conjugal existe, pois, entranhada na família nuclear, anulando o espaço para as práticas individuais e esbatendo o protagonismo do nós-casal.

Finalmente, as práticas que intitulámos de polivalentes caracterizam-se por um formato múltiplo dos principais subgrupos que coexistem no seio

da dinâmica quotidiana da família. Não existe propriamente uma modalidade única, sobressaindo antes a combinação de práticas separadas, em casal e em família nuclear. Distinguimos, assim, dois perfis: a coesão *polivalente expressiva* (16,8%), em que estão presentes, sobretudo nas práticas de lazer, actividades individuais, em casal e em família nuclear; a coesão *polivalente instrumental e expressiva* (19,6%), semelhante à anterior, mas alargada à esfera da produção doméstica e caracterizada pelo menor peso do nós-casal face ao nós-família.

Na verdade, a coesão polivalente expressiva identifica casais cuja dinâmica é simultaneamente individual, conjugal e familiar. São eles que mais contam com o apoio doméstico de uma empregada e são também estes os casais em que o «nós-casal» aparece com maior intensidade na comunicação (mais 0,27 assuntos do que a média) e nas práticas de lazer (mais 1,03 actividades do que a média). A sua maior especificidade reside, aliás, consideravelmente no modo como se comportam a nível das práticas de lazer fora de casa. Todos os casais têm pelo menos uma actividade de lazer a dois e pelo menos uma actividade de lazer em família, todos os cônjuges têm pelo menos uma actividade fora do âmbito conjugal, estejam ou não acompanhados pelos filhos. Estes 16,8% de casais são realmente os únicos em que encontramos, nas actividades lúdicas, um peso tão elevado do nós-casal como instância vivida nas práticas, bem como um maior equilíbrio entre a intensidade das actividades separadas, masculinas e femininas. O traço distintivo encontrado na área das conversas prende-se igualmente com a grande diversidade do diálogo conjugal, ocorrência a corroborar o carácter conjugalizado desta forma de coesão. A esfera doméstica é, entretanto, a única que escapa a lógicas de fusão conjugal, aí permanecendo as desigualdades de género.

Em contrapartida, a coesão polivalente expressiva e instrumental singulariza-se pela partilha acrescida das tarefas domésticas entre o casal, dinâmica que se alia a uma combinação polivalente das actividades fora de casa: os casais são separados, tendo cada um dos cônjuges algum lazer ou actividade sem a companhia do parceiro; os casais são familiares, pois todas as famílias nucleares saem em conjunto para irem a algum lado ou fazerem alguma coisa; os casais têm, às vezes, actividades praticadas só pelos dois cônjuges. Em todos os casos, o casal destaca-se sempre, e sobretudo, como protagonista de práticas instrumentais, por contraponto a uma intensa nuclearização das actividades de lazer, esfera onde se tende a fabricar uma fusão mais familiar do que estritamente conjugal. A fusionalidade conjugal aparece, todavia, fortalecida pela sua extensão ao campo do trabalho doméstico.

Em suma, no que respeita às rotinas quotidianas, os primeiros casais têm uma coesão polivalente mais conjugalista e os segundos uma forma

de coesão polivalente mais familiarista. Em qualquer dos casos, a diversidade das práticas, combinando o estar junto e o estar separado, é, porém, um traço central que deve ser salientado.

Podemos concluir que nas conjugalidades contemporâneas se descobre, a partir de indicadores de práticas, uma certa variedade de perfis de interação, não se encontrando modelos conjugais dominantes ou majoritários, mas uma distribuição mais ou menos equilibrada entre as formas separadas, as estritamente fusionais e as polivalentes, estas últimas combinando separação e fusão. Afinal, cerca de 34% dos casais (separação + separação atenuada) têm sobretudo práticas separadas, 29% são, por seu lado, fusionais nas suas rotinas conjugais, dando prevalência ao «nós-família nuclear» (fusão expressiva + fusão), e, finalmente, 36% dos casais combinam práticas fusionais e autónomas (polivalente expressivo + polivalente), associando algumas dinâmicas mais separadas com a partilha conjunta. Efectivamente, é de salientar, enquanto conclusão, que o fusional e o autónomo encerram, em grande parte dos casos, mais cumplências do que oposições, misturando-se nas rotinas diárias dos casais, por contraponto a uma visão demasiado polarizada destes dois vectores.

## As divisões de género no casal

A nível da segunda dimensão de análise da coesão – as divisões de género na conjugalidade – analisamos dois indicadores: a divisão do trabalho profissional e doméstico e a divisão das actividades fora de casa, indicador também importante, como vimos, na análise das práticas de coesão. Desenvolvemos, nesta óptica, pistas que nos foram dadas pela análise dos subgrupos familiares, mas fazendo agora incidir o enfoque privilegiado sobretudo no casal, e não tanto na família nuclear como unidade de análise. Se entrevemos as diferenças de género como elemento fundamental da vida familiar, importa agora olhá-las de modo mais sistemático, alargando o âmbito analítico também à divisão conjugal do trabalho profissional.

### A divisão conjugal do trabalho<sup>16</sup>

A inserção mais ou menos diferenciada dos cônjuges no mundo profissional tem constituído uma porta de entrada importante no universo da

<sup>16</sup> Esta temática, que aqui analisamos enquanto dimensão do conceito de coesão conjugal, encontra-se desenvolvida em detalhe no capítulo 6, «A divisão familiar do trabalho».

conjugalidade, no âmbito de uma perspectiva teórica que vê na articulação entre família e trabalho um factor absolutamente central para a compreensão das relações conjugais e familiares. De um ponto de vista microsociológico, é a partir da divisão conjugal do trabalho que se desenvolvem análises centradas nas desigualdades de recursos (Blood e Wolfe, 1960; Singly, 1990a), que se desenvolve a ideia de famílias de dupla carreira, por oposição às famílias parsonianas de ganha-pão masculino (Parsons e Bales, 1955), ou que se classificam as famílias em tipos diferenciados. Quando Michel (1977) distingue «famílias tradicionais» e «famílias modernas» ou quando Menahem (1979, 1985) opõe a «família conjugal», em que os papéis masculinos e femininos são diferenciados, à «família associação», onde domina uma lógica de indiferenciação de género, a tónica analítica é colocada sobre a divisão do trabalho, fitando a identificação do tipo de laço social que une o casal. Neste sentido, a articulação entre o mundo doméstico e o profissional constitui uma dimensão da dinâmica interactiva, mais concretamente da coesão<sup>17</sup>. Alguns autores americanos têm, em pesquisas recentes, também considerado a divisão conjugal do trabalho enquanto dimensão de análise da coesão no casal (v. Brines e Joiner, 1999, e Lee e Duxbury, 1998).

Nesta óptica, procuramos perceber qual a articulação conjugal entre trabalho profissional e doméstico. Em suma, como é que as diferentes maneiras de o casal se inserir no mundo profissional («dupla actividade profissional», «profissão masculina» ou «profissão feminina»<sup>18</sup>) se articulam com as maneiras de dividir o trabalho doméstico («trabalho feminino», «partilha conjunta», «delegação»<sup>19</sup>). Estes dados permitem-nos, de

<sup>17</sup> Dimensão que, aliás, pode ser analisada a partir de várias perspectivas e níveis de análise. No quadro de uma análise das interações pode igualmente ser observada a partir do conceito de integração externa, na medida em que as inserções profissionais levam o indivíduo para o exterior do universo familiar, ou a partir do conceito de regulação, se se focarem os processos de negociação que envolvem um determinado modo de fazer a divisão do trabalho no casal. Na sua mais recente pesquisa, Kellerhals *et al.* (2000) analisam a esfera do trabalho precisamente a partir desta última perspectiva.

<sup>18</sup> No que respeita ao trabalho profissional, na maioria dos casais pesquisados (68,5%) ambos os cônjuges exercem uma profissão remunerada, sendo, portanto, famílias de «dupla actividade profissional». As situações em que somente o homem exerce a função de ganha-pão não abrangem mais de 24% dos casos e as situações contrárias, em que apenas a mulher tem actividade profissional, não ultrapassam a minoritária proporção de 4,4% de casos. A ausência dos dois cônjuges do mercado de trabalho é ainda mais escassa, perfazendo uns reduzidos 3,1% de casos.

<sup>19</sup> Por «trabalho feminino» (59,2% dos casos) entendem-se situações em que a mulher faz sozinha a maior parte do trabalho doméstico (pelo menos cinco num total de sete tarefas, se é sobretudo ela; sempre três ou mais, se o cônjuge faz sozinho duas de três tarefas específicas – as reparações, as tarefas administrativas ou a ida às compras). A «divisão conjunta» (30,4%) diz respeito a situações em que, por contraste com as situações anterior-

facto, olhar para as diferenciações dentro do casal sob duas vertentes que advêm do próprio carácter polissémico da ideia de igualdade (Roux, 1999; Rosenbluth *et al.*, 1998). Se definirmos a igualdade como equivalência de papéis, as conjugalidades paritárias serão aquelas em que homem e mulher têm os mesmos encargos e tarefas dentro e fora de casa. Trata-se, assim, de uma igualdade social entre os cônjuges. Se, pelo contrário, definirmos a igualdade conjugal como repartição do trabalho (profissional e doméstico) de modo que nenhum dos parceiros fique sobrecarregado com demasiadas tarefas, alargamos o conceito de igualdade à complementaridade de papéis entre os membros do casal: por exemplo, a mulher encarregar-se das tarefas domésticas e o homem do trabalho profissional pode configurar-se como uma situação de igualdade, na medida em que pode ser entendida como sendo justa (v. Lennon e Rosenfield, 1994<sup>20</sup>).

Ao interpretarmos os resultados a que chegámos, procuramos fazer uma leitura em função das duas ideias acima referidas, de forma a salientarmos a diversidade de situações encontradas. Contudo, demos prioridade analítica à ideia de igualdade como equivalência de papéis sociais. E, deste ponto de vista, a maioria das conjugalidades é, como veremos, estruturada por desigualdades de género, muito embora nem sempre com as mesmas particularidades no que respeita à «carga de trabalho» realizada pela mulher e pelo homem.

Efectivamente, o cruzamento entre o tipo de inserção do casal na vida profissional e o tipo de repartição das tarefas domésticas permitiu-nos identificar seis grandes formas de divisão conjugal do trabalho (quadro n.º 5.7).

Dando corpo à desigualdade conjugal, a forma maioritária de divisão de papéis de género funda-se na acumulação de funções por parte da mu-

res, existe alguma (na maioria dos casos, pouca, acrescente-se) repartição das tarefas entre o casal, seja porque este faz em conjunto pelo menos três tarefas domésticas, seja porque a mulher divide sempre com o cônjuge e com os filhos algumas tarefas, não fazendo ela própria mais de duas tarefas sem a ajuda dos outros membros da família nuclear. E a «delegação» (10,4%) referencia-se, finalmente, a situações em que se faz recurso aos serviços pagos de uma empregada que realiza (sozinha ou em divisão com a mulher) pelo menos três das tarefas domésticas ou ainda a situações em que esse mesmo número de tarefas é feito por familiares residentes.

<sup>20</sup> As autoras assinalam que entre os casais americanos dos anos 90 uma significativa parcela de mulheres sobrecarregadas com as tarefas domésticas achava justa esta situação de desigualdade face ao marido. A partir desta constatação discutem as noções de igualdade e de justiça, avaliando as implicações entre ambas. Concluem, por exemplo, que as mulheres com menos recursos e opções alternativas ao casamento tendem a descrever como justa a situação de desigualdade em que vivem, enquanto em grupos de mulheres mais qualificadas tende a existir uma maior justaposição entre as ideias de igualdade e de justiça na divisão conjugal do trabalho doméstico.

lher, demonstrando o peso da dupla jornada de trabalho feminina no mundo profissional e doméstico. O modelo «dupla profissão e trabalho feminino» abrange, com efeito, cerca de 38% dos casos. Por seu lado, o dito modelo tradicional (a família tipicamente parsoniana), em que o homem assume o papel de ganha-pão e a mulher o papel doméstico, surge em 18,6% das famílias pesquisadas, não chegando, portanto, a um quinto da amostra, o que, ainda assim, evidencia a existência, na sociedade portuguesa actual, de formas mais tradicionais de dividir o trabalho. Note-se ainda que o modelo de profissão exclusivamente feminina, situação minoritária no conjunto da amostra (apenas 3,5%), ao surgir associado à sobrecarga da mulher com as lides domésticas, se pauta também pela desigualdade.

Formas de divisão conjugal do trabalho  
(n = 1687)\*

[QUADRO N.º 5.7]

Condição do casal perante o trabalho profissional	Forma de divisão conjugal do trabalho doméstico	
Dupla profissão e.....	Trabalho feminino.....	37,7
	Conjunta.....	24,9
	Delegação.....	9,6
Profissão masculina e.....	Trabalho feminino.....	18,6
	Conjunta.....	5,8
Profissão feminina e.....	Trabalho feminino.....	3,5
Total.....		100,0

\* No tratamento das formas de divisão do trabalho optámos por excluir, por economia de categorias e facilidade de análise, algumas situações minoritárias, dado o seu número reduzido de casos. Referimo-nos nomeadamente aos casos em que nenhum dos cônjuges tem profissão (3,1%) e aos casos em que só a mulher trabalha e as tarefas domésticas são delegadas (0,8%) ou são feitas em conjunto pelo casal (0,2%).

Outra forma minoritária de organização do trabalho (5,8%) diz respeito a situações em que a profissão unicamente masculina se articula a uma divisão um pouco mais conjugal das tarefas domésticas. Ou seja, aqui o duplo papel tende a ser do homem, e não da mulher, mesmo que esta realize sempre uma parte bastante significativa do trabalho da casa. Este perfil não deixa de ser curioso, pois, se a mulher perde em matéria de igualdade no campo profissional (ou seja, perde em igualdade definida como equivalência de papéis), deixando de ter os recursos próprios que a activi-

dade remunerada proporciona, ganha, todavia, uma maior paridade na esfera doméstica.

Na maioria das situações, a família conjugal é, assim, um palco de diferenças de género. No primeiro caso, porque a mulher tem uma dupla jornada de trabalho; no segundo, porque a conjugalidade é configurada por uma diferenciação sexual estrita de papéis e competências que, embora complementares, não são equivalentes; no terceiro, porque o facto de apenas a mulher ter uma profissão não incita o cônjuge a uma participação doméstica expressiva; finalmente, no quarto caso, porque não existe nem equivalência de papéis sociais (a mulher não tem profissão), nem paridade em termos de carga de trabalho (o homem partilha com a mulher algumas tarefas domésticas).

Contrastando com os perfis anteriores, porque mais igualitária, a «dupla profissão» associada a alguma «divisão conjunta» das lides caseiras caracteriza cerca de um quarto dos casais. Seriam então estas últimas as «famílias modernas» propostas por Michel (1977), já que o laço conjugal aqui se produz também através de uma maior partilha conjugal do trabalho. Através de uma maior dose relativa de igualdade, portanto.

Por último, a «dupla profissão» associada a uma estratégia de «delegação» do trabalho doméstico define situações em que a profissionalização feminina é acompanhada do recurso ao trabalho pago de uma empregada doméstica ou, em menos casos, ao trabalho não pago de familiares residentes, recursos estes que libertam a mulher (e sobretudo o homem) de uma parte considerável de trabalho. Nestes 10% de casos, a divisão de papéis conjugais é mitigada pela presença de terceiras pessoas, o que sobrija os elementos do casal de terem de fazer algumas das tarefas mais «rotineiras» (nomeadamente tratar da roupa e limpar a casa). Ou seja, a paridade entre os cônjuges constrói-se por recurso ao trabalho de outrem, na maioria destes casos o trabalho pago de uma empregada doméstica. Se, por um lado, a figura da empregada propicia mais igualdade dentro do casal, por outro, o facto de essa igualdade só ser possível através da transferência do trabalho doméstico para outra mulher com menores capitais escolares e profissionais reproduz uma ordem social marcada pela desigualdade – de classe e de género. Em suma, a igualdade conquistada nos grupos sociais com mais capitais obtém-se muitas vezes à custa da reprodução de diferenças de género em grupos socialmente mais desfavorecidos, recozendo as linhas da diferenciação (Bourdieu, 1998).

Os meandros da (des)igualdade conjugal no trabalho podem, de facto, revestir-se de alguma complexidade, pois, se os constrangimentos de género são parte integrante da vida familiar, podem (re)produzir-se em situações relativamente diferenciadas.

### A divisão das actividades fora de casa: o tipo de autonomia pessoal

O nosso objectivo foi aqui o de estendermos a observação das divisões de género ao lado lúdico da vida conjugal, seguindo uma pista de análise deixada em aberto aquando da identificação dos principais subgrupos dentro da família nuclear. Aí verificámos a tendência para a separação conjugal ser vivida de forma mais individual pelos homens (saem sós) e mais maternal pelas mulheres (saem com os filhos). Seria então este o modelo dominante ou, pelo contrário, encontrar-se-iam outras maneiras, menos permeáveis às diferenças de género, de viver separadamente as actividades e os lazeres fora de casa?

A partir desta questão procedemos a uma classificação dos casais com base nos indicadores «número de saídas a sós» e «número de saídas com os filhos», tendo assim obtido quatro perfis de divisão das actividades feitas em separado pelos cônjuges (quadro n.º 5.8). O nosso objectivo era o de diferenciarmos situações em que existe alguma igualdade no modo como os cônjuges vivem os seus tempos de lazer fora do nós-casal de modelos de individualização das actividades fora de casa em que a paridade entre marido e mulher está ausente.

De uma forma geral, confirma-se, entre aqueles que têm actividades realizadas em separado<sup>21</sup>, a tendência para a desigualdade no que toca à construção de autonomia através dos lazeres e das actividades fora do espaço doméstico.

Com efeito, um quarto dos casais comporta uma autonomia construída apenas no masculino, uma vez que as mulheres não referem quaisquer actividades realizadas sem a companhia do cônjuge. Se é certo que o modelo oposto, ou seja, o estritamente feminino, abrange um pouco mais de um quinto dos casos pesquisados, reequilibrando um pouco a balança da desigualdade, pelo menos em termos de tendências globais, é igualmente verdade que, quando as práticas são femininas, são sempre mais maternas. A autonomia da mulher face ao nós-casal é frequentemente vivida no quadro da relação com a sua descendência. Pelo contrário, a autonomia masculina é não só construída face ao nós-casal, mas igualmente face ao nós-família, uma vez que o subgrupo pai-filhos surge sempre em menor proporção do que o homem isoladamente.

<sup>21</sup> Note-se que em 32,9% dos casos (as famílias cujas práticas de lazer são estritamente fusionais) não existem actividades realizadas fora do conjunto conjugal.

Formas de divisão conjugal das actividades paralelas  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.8]

	Total	Masculi- no indivi- dual	Feminino maternal	Masculi- no indivi- dual; feminino maternal	Equili- brado	Não há
Número médio de actividades.....	100,00	25,60	21,20	8,10	12,20	32,90
Mulher.....	0,30	0,02	0,66	0,50	0,94	0,00
Mulher e filhos.....	0,33	0,02	0,77	1,38	0,41	0,00
Homem.....	0,45	0,91	0,01	1,34	0,87	0,00
Homem e filhos.....	0,23	0,55	0,01	0,09	0,65	0,00

Uma terceira forma de diferenciação na construção da autonomia é configurada pela simultaneidade de actividades tidas em separado pelos cônjuges, mas no quadro da oposição já referida entre o «masculino individual» e o «feminino maternal». De facto, nestes 8,1% de casais, o homem vive uma separação individualizada, saindo para «fora da família» a sós. A mulher, ao encontrar espaços fora do casal, continua dentro da família, na sua qualidade de mãe, uma vez que a maioria das actividades femininas é feita em conjunto com os filhos.

Finalmente, uma última forma de divisão das actividades separadas ou paralelas abrange 12,2% de casais, nela se encontrando um maior equilíbrio entre as práticas femininas e masculinas, pois, quer a mulher, quer o homem, têm tanto actividades a sós como na companhia dos filhos. Embora minoritário, este modelo de divisão conjugal das actividades realizadas em paralelo pelos cônjuges retrata uma situação mais igualitária e mais plural do ponto de vista da dinâmica interna do casal. Todavia, devemos frisar que, na maioria dos casos, e à laia do que acontece na esfera do trabalho, a tónica é, como vimos, a ausência de paridade nas maneiras de construir a autonomia pessoal através dos lazeres e das actividades.

## A regra de coesão

Como antes referimos, fazemos, na operacionalização do conceito de coesão, uma distinção entre a fusão ou a autonomia nas práticas quotidianas e a fusão ou a autonomia enquanto intenção explícita a nível do que se

pretende colocar sobre o controlo do nós-casal. Nesta última acepção, referimo-nos à regra de coesão, lógica que pode ser ou não coincidente com práticas mais juntas/fusionais ou separadas/autónomas. Esta informação complementa a obtida a nível das práticas, esclarecendo-nos sobre a lógica dominante de construção do casal.

Quais são então as regras de coesão existentes entre os casais portugueses? Privilegia-se a fusão ou a autonomia individual? A fim de respondermos a esta questão analisamos dois indicadores: a modalidade referida de repartição do dinheiro no casal e a coesão procurada em matéria de lazeres, gostos e amigos.

A repartição do dinheiro no casal não tem constituído um indicador privilegiado no estudo das dinâmicas conjugais sob a égide dos conceitos herdados da perspectiva interaccionista, designadamente enquanto indicador de coesão conjugal. A gestão do dinheiro tem constituído sobretudo um indicador dos modelos de papéis femininos e masculinos (Lemel, 1991), do funcionamento da família em termos de poder de decisão (Glaude e Singly, 1976) ou das diferenças de recursos entre os cônjuges (Blood e Wolfe, 1960)<sup>22</sup>. Como se pode então olhar para a repartição do dinheiro enquanto indicador de coesão no cenário conjugal?

Partimos de uma pergunta bastante simples em que se procurou saber de que forma se organiza o dinheiro no casal, visando captar, através de várias possibilidades de resposta (quadro n.º 5.9), modalidades de organização fusionais (o bolo comum) ou autónomas (a separação total ou parcial do dinheiro).

<sup>22</sup> De facto, segundo a teoria dos recursos, quem detém os meios financeiros controla a tomada de decisões, tendo a autonomia financeira um lugar central na definição dos papéis, mais ou menos independentes ou subordinados, que cada um dos dois parceiros assume no seio conjugal. Aliás, conforme sustentam Kellerhals *et al.* (1990, p. 19), alguns resultados da pesquisa sobre a conjugalidade trazem uma certa dose de confirmação à teoria dos recursos, pois, de facto, quanto maiores são os recursos femininos, maior é a autonomia e a igualdade das mulheres. De qualquer modo, como refere Singly (1990a), o simples facto de a mulher possuir rendimentos próprios não é suficiente para que se compreenda a organização dos recursos no casal, fragilidade analítica que se pode apontar à teoria dos recursos, sendo necessário entrar dentro da dinâmica conjugal. Efectivamente, a realidade de gestão financeira das famílias pode ser mais complexa, dependendo do tipo de lógica de género inerente ao formato da separação ou junção do dinheiro. Por exemplo, a questão da autonomia feminina não é linear, conforme demonstraram alguns autores portugueses. Nas sociedades camponesas, a diferenciação de género permitia às mulheres uma autonomia tradicional que a «bolsa comum» veio diminuir, pois no primeiro caso as mulheres faziam muitas vezes a gestão da casa e dos gastos domésticos, tendo uma bolsa separada dos maridos (Cutileiro, 1977; Wall, 1998a). Este poder doméstico das mulheres foi, de resto, igualmente observado em zonas urbanas, notando-se a mesma tendência para a autonomia feminina obtida no exercício das suas competências domésticas como donas de casa (Rodrigues, 1983).

Formas de divisão conjugal das actividades paralelas  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5,8]

	Total	Masculi- no indivi- dual	Feminino maternal	Masculi- no indivi- dual; feminino maternal	Equili- brado	Não ha
Número médio de actividades.....	100,00	25,60	21,20	8,10	12,20	32,90
Mulher.....	0,30	0,02	0,66	0,50	0,94	0,00
Mulher e filhos.....	0,33	0,02	0,77	1,38	0,41	0,00
Homem.....	0,45	0,91	0,01	1,34	0,87	0,00
Homem e filhos.....	0,23	0,55	0,01	0,09	0,65	0,00

Uma terceira forma de diferenciação na construção da autonomia é configurada pela simultaneidade de actividades tidas em separado pelos cônjuges, mas no quadro da oposição já referida entre o «masculino individual» e o «feminino maternal». De facto, nestes 8,1% de casais, o homem vive uma separação individualizada, saindo para «fora da família» a sós. A mulher, ao encontrar espaços fora do casal, continua dentro da família, na sua qualidade de mãe, uma vez que a maioria das actividades femininas é feita em conjunto com os filhos.

Finalmente, uma última forma de divisão das actividades separadas ou paralelas abrange 12,2% de casais, nela se encontrando um maior equilíbrio entre as práticas femininas e masculinas, pois, quer a mulher, quer o homem, têm tanto actividades a sós como na companhia dos filhos. Embora minoritário, este modelo de divisão conjugal das actividades realizadas em paralelo pelos cônjuges retrata uma situação mais igualitária e mais plural do ponto de vista da dinâmica interna do casal. Todavia, devemos frisar que, na maioria dos casos, e à laia do que acontece na esfera do trabalho, a tônica é, como vimos, a ausência de paridade nas maneiras de construir a autonomia pessoal através dos lazeres e das actividades.

## A regra de coesão

Como antes referimos, fazemos, na operacionalização do conceito de coesão, uma distinção entre a fusão ou a autonomia nas práticas quotidianas e a fusão ou a autonomia enquanto intenção explícita a nível do que se

pretende colocar sobre o controlo do nós-casal. Nesta última acepção, referimo-nos à regra de coesão, lógica que pode ser ou não coincidente com práticas mais juntas/fusionais ou separadas/autónomas. Esta informação complementa a obtida a nível das práticas, esclarecendo-nos sobre a lógica dominante de construção do casal.

Quais são então as regras de coesão existentes entre os casais portugueses? Privilegia-se a fusão ou a autonomia individual? A fim de respondermos a esta questão analisamos dois indicadores: a modalidade referida de repartição do dinheiro no casal e a coesão procurada em matéria de lazeres, gostos e amigos.

A repartição do dinheiro no casal não tem constituído um indicador privilegiado no estudo das dinâmicas conjugais sob a égide dos conceitos herdados da perspectiva interaccionista, designadamente enquanto indicador de coesão conjugal. A gestão do dinheiro tem constituído sobretudo um indicador dos modelos de papéis femininos e masculinos (Lemel, 1991), do funcionamento da família em termos de poder de decisão (Glaude e Singly, 1976) ou das diferenças de recursos entre os cônjuges (Blood e Wolfe, 1960)<sup>22</sup>. Como se pode então olhar para a repartição do dinheiro enquanto indicador de coesão no cenário conjugal?

Partimos de uma pergunta bastante simples em que se procurou saber de que forma se organiza o dinheiro no casal, visando captar, através de várias possibilidades de resposta (quadro n.º 5,9), modalidades de organização fusionais (o bolo comum) ou autónomas (a separação total ou parcial do dinheiro).

<sup>22</sup> De facto, segundo a teoria dos recursos, quem detém os meios financeiros controla a tomada de decisões, tendo a autonomia financeira um lugar central na definição dos papéis, mais ou menos independentes ou subordinados, que cada um dos dois parceiros assume no seio conjugal. Aliás, conforme sustentam Kellerhals *et al.* (1990, p. 19), alguns resultados da pesquisa sobre a conjugalidade trazem uma certa dose de confirmação à teoria dos recursos, pois, de facto, quanto maiores são os recursos femininos, maior é a autonomia e a igualdade das mulheres. De qualquer modo, como refere Singly (1990a), o simples facto de a mulher possuir rendimentos próprios não é suficiente para que se compreenda a organização dos recursos no casal, fragilidade analítica que se pode apontar à teoria dos recursos, sendo necessário entrar dentro da dinâmica conjugal. Efectivamente, a realidade de gestão financeira das famílias pode ser mais complexa, dependendo do tipo de lógica de género inerente ao formato da separação ou junção do dinheiro. Por exemplo, a questão da autonomia feminina não é linear, conforme demonstraram alguns autores portugueses. Nas sociedades camponesas, a diferenciação de género permitia às mulheres uma autonomia tradicional que a «bolsa comum» veio diminuir, pois no primeiro caso as mulheres faziam muitas vezes a gestão da casa e dos gastos domésticos, tendo uma bolsa separada dos maridos (Cutileiro, 1977; Wall, 1998a). Este poder doméstico das mulheres foi, de resto, igualmente observado em zonas urbanas, notando-se a mesma tendência para a autonomia feminina obtida no exercício das suas competências domésticas como donas de casa (Rodrigues, 1983).

Organização do dinheiro no casal  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.9]

No que respeita à organização do dinheiro em sua casa, a senhora e o seu marido têm tentado...	Porcentagem
Ter o dinheiro num bolo comum e os dois irem tirando para o que é preciso.....	78,9
Separar uma parte ou todo o dinheiro (subtotal).....	15,4
Ter uma parte do dinheiro num bolo comum e cada um ter algum dinheiro em separado.....	8,2
Cada um ter o seu dinheiro em separado e cada um ir contribuindo à medida das despesas.....	7,2
Só apenas um de vós a ter o dinheiro nas suas mãos e ir dando para o que é preciso.....	5,7
Total.....	100,0

Ora, as respostas a esta pergunta-chave trazem-nos alguma indicação sobre o carácter conjunto ou separado dos recursos conjugais. De facto, não nos possibilitam saber como se opera, dentro do casal, a negociação dos aspectos materiais, pois uma organização por bolo comum pode vincular-se a práticas de gestão e uso do dinheiro com maior ou menor grau de autonomia face ao cônjuge. Contudo, este indicador simples permite-nos fazer a aproximação à área da organização dos recursos financeiros sob a óptica do que é colocado ora sob o controlo do nós-casal, ora sob a gestão individual. No primeiro sentido, existe uma organização fusional dos recursos financeiros, no segundo uma organização separada, logo, mais autónoma.

A tendência dominante encontrada nesta amostra de casais com filhos é claramente a da organização do dinheiro por «bolo comum», ou seja, todos os ganhos do casal vão para uma mesma bolsa donde o dinheiro é retirado conforme for necessário (78,9% dos casos). As outras modalidades têm expressões mais minoritárias, facto bem demonstrativo da lógica fusional que preside a esta área da vida quotidiana dos casais. De facto, a separação de uma parte ou de todo o dinheiro existe em apenas 15,4% dos casais e o domínio de uma das partes («só um tem o dinheiro nas suas mãos e vai dando para o que é preciso») acontece em pequeno número de casos (5,7%).

A fusão ou autonomia procurada a nível dos lazeres, dos gostos ou dos amigos constitui, por seu lado, um indicador habitual de medição da coesão conjugal. Indicador, aliás, utilizado por Kellerhals *et al.* (1982 e 2000) nas suas pesquisas sobre o funcionamento familiar. Perguntando à mulher em que medida tem procurado partilhar com o cônjuge os gostos, os ami-

gos e o tempo livre (quadro n.º 5.10), tocam-se dois pontos centrais da «coesão intencional»: o acento na similitude ou na diferença (os gostos) e a extensão dada ou não ao controlo do nós-casal sobre determinados aspectos (o tempo livre e os amigos).

Ideal situado de partilha dos lazeres, gostos e amigos  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.10]

Na relação com o seu marido, tem tentado sobretudo...	Porcentagem
Partilhar com ele todos os momentos, gostos, amigos, de forma intensa.....	73,4
Partilhar uma vida em comum com ele, mas guardar certos momentos, gostos, amigos, para si.....	22,8
Cada um ter os seus momentos, gostos e amigos.....	3,8
Total.....	100,0

Olhando para os resultados globais, percebemos claramente a predominância da fusão em matéria de lazeres, gostos e amigos, uma vez que 73,4% das mulheres procuram partilhar tudo com o marido ou companheiro, resultados que vão de encontro aos apresentados por Kellerhals e equipa para a realidade suíça (1982 e 2000), demonstrando bem a força da fusão enquanto valor central da conjugalidade. Efectivamente, a opção de total separação do casal (cada um ter a sua vida) reúne um número muito pequeno das «intenções» femininas, não indo além dos 3,8%. Também a opção intermédia (partilhar algumas coisas, mas guardar outras para si própria) é feita por pouco mais de um quinto das mulheres.

Num cenário dominado pela fusão do casal, o cruzamento entre os dois indicadores<sup>23</sup> – dinheiro e lazeres, gostos, amigos – revela-nos, entretanto, uma realidade um pouco mais matizada em termos de «regra de fusão conjugal» (quadro n.º 5.11).

Embora a fusão continue a reunir a maioria dos casais, há, apesar de tudo, cerca de 40% de casos em que existe alguma forma explícita de autonomia. Se apenas 8,8% dos casais a privilegiam tanto a nível do dinheiro como dos lazeres, gostos e amigos, já cerca de um terço tem uma regra

<sup>23</sup> A fim de facilitar a construção de categorias considerámos como *fusão* os itens «bolsa comum» e «partilhar tudo com o marido/companheiro», respectivamente a nível do dinheiro e dos lazeres, gostos, amigos, e considerámos como *autonomia* as restantes opções de resposta.

de autonomia relativa, ou seja, combina a autonomia com a fusão. Quando existe autonomia relativa, a regra de fusão por bolsa comum na organização do dinheiro é mais expressiva do que a fusão a nível dos lazeres, gostos e amigos.

Regra de coesão conjugal  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.11]

	Porcentagem
Fusão.....	61,0
Autonomia.....	8,8
Autonomia relativa (subtotal).....	30,2
Fusão nos lazeres/autonomia no dinheiro.....	12,3
Fusão no dinheiro/autonomia nos lazeres.....	17,9
Total.....	100,0

Num quadro global que aponta para a fusão como regra, podemos, assim, constatar que o dinheiro une mais do que os lazeres, área que, se é propícia à construção do nós-conjugal (como se demonstrou pela análise das práticas), também se configura como um espaço algo preservado para si próprio, descobrindo posturas provavelmente mais associativas entre os casais portugueses, como constatou também Torres (2000b). Ressalve-se, no entanto, o franco predomínio das lógicas fusionais no plano das intenções, malgrado nem sempre corresponderem, como vimos, a práticas de perfil fusional.

## A integração externa: as saídas e as sociabilidades da família nuclear

Eixo normalmente utilizado pelas abordagens interaccionistas da família, a integração externa do casal e da família nuclear é então o segundo filão de análise das interacções conjugais. No entanto, a estratégia utilizada para dar conta das diferentes formas de integração externa foi um pouco mais modesta em termos de dimensões de análise e de indicadores, pois, continuando a dar primazia à observação das práticas, restringimos o campo analítico à maior ou menor diversidade de saídas e de actividades fora de casa e à maior ou menor diversidade de sociabilidades com familia-

res, amigos ou vizinhos (os convívios). Através destes dois indicadores obtemos uma visão da abertura ou do fechamento social do casal e da família conjugal no seu conjunto (ter vários tipos de actividades e de lazeres fora de casa), bem como do seu grau de integração em redes de sociabilidade (ter várias saídas em conjunto com familiares, amigos, vizinhos).

Assim, a fim de retratarmos as diferentes formas de integração da família nuclear, procedemos, numa primeira etapa, à contabilização do número de actividades fora de casa e do número de actividades feitas conjuntamente com outras pessoas (familiares, amigos ou vizinhos). A tradução das saídas e dos convívios numa escala numérica permitiu-nos medir, *grosso modo*, a maior ou menor diversidade de actividades da família conjugal, face a um limite máximo de 37 possibilidades de resposta<sup>24</sup>. Ou seja, era possível, para cada família, identificar 37 saídas diferentes, com ou sem outras pessoas. Ora, as actividades efectuadas, com muita ou alguma frequência, pelo conjunto dos membros da família nuclear são, em média, entre seis e sete, sendo que três destas saídas são realizadas na companhia de outras pessoas. Estes valores, que globalmente não são muito elevados, apontam assim para um certo fechamento familiar no que respeita à diversidade de actividades e de sociabilidades fora de casa.

A partir desta contagem da diversidade de actividades e de convívios, muito ou algo frequentes, assinalados pela mulher, obtivemos dois indicadores simples de cujo cruzamento resultaram quatro grandes formas de integração externa (quadro n.º 5.12). Obviamente, quanto mais afastado da média, para baixo ou para cima, estiver o número de actividades e de convívios, mais a família será fechada ou aberta, de modo que os tipos de integração obtidos através deste procedimento indutivo reflectem uma gradação da intensidade de saídas/actividades e de convívios com outras pessoas.

O «fechamento» abarca 17,3% das famílias, caracterizando-se pela ausência de convívios e por muito poucas actividades fora de casa (três no máximo, nenhuma delas realizada com pessoas exteriores ao grupo doméstico). A «abertura fraca» é a forma mais expressiva de integração externa, chegando quase aos 40% as famílias que aí são classificadas. Aqui tem-se quatro ou cinco actividades feitas com muita ou alguma frequência, das quais cerca de duas são realizadas na companhia de outras pes-

<sup>24</sup> Para cada uma das onze actividades indagadas (ir ao café, ir ao cinema, ir a exposições ou museus, ir a espectáculos desportivos, ir ao restaurante, comer em casa de alguém, dormir em casa de alguém, passear, fazer desporto, participar em actividades religiosas, participar em actividades políticas ou sindicais) havia pelo menos três possibilidades de resposta, de forma a captar toda a eventual diversidade de «arranjos» familiares relativamente às saídas.

soas. Concluimos, por conseguinte, que mais de metade das famílias pesquisadas (56,6%) pende para o fechamento: saem pouco e convivem também pouco com outras pessoas.

Formas de integração externa da família nuclear  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.12]

	Porcentagem
Fechamento.....	17,3
Abertura fraca.....	39,3
Abertura média.....	25,0
Abertura forte.....	18,4
Total.....	100,0

Em contraposição, pendendo agora para o pólo oposto, a «abertura média» compreende situações em que a família tem 7 a 9 actividades e 3 a 6 convívios, enquanto a «abertura forte» acentua a realização de actividades e a participação em sociabilidades: a família tem sempre mais de 9 actividades e mais de 6 convívios. Em suma, a tendência para a abertura fica, nas famílias portuguesas com filhos, aquém do fechamento, resultados que diferem um pouco dos obtidos por Kellerhals *et al.* para a realidade suíça (2000, p. 96). Aí encontramos um maior grau de abertura sobretudo em relação aos convívios com amigos, pois a quase totalidade dos casais inquiridos considera-se muito aberta a contactos e visitas.

Globalmente, podemos classificar as famílias nestas quatro categorias, malgrado as eventuais diferenças nas «proporções de integração externa» dos vários membros da família nuclear. Uma questão importante a colocar será então a de saber algo mais sobre as saídas de cada pessoa/subgrupo familiar, tentando identificar as possíveis disparidades existentes no interior da família.

De acordo com os resultados apresentados no quadro n.º 5.13, parece haver, na dinâmica interna da família, uma certa lógica de proporcionalidade que tende a abranger todos seus membros. Quando a família é, no seu conjunto, fechada, verificamos que o número médio de actividades com ou sem outras pessoas se encontra claramente abaixo da média global da amostra, diminuindo significativamente as saídas de todos, tanto da mulher e do homem como do casal e mesmo dos próprios filhos. No extremo oposto, quando a família é fortemente aberta ao exterior, aumentam notoriamente as actividades e convívios de cada um no seio do núcleo

familiar. Aumenta, inclusivamente, a paridade entre cônjuges no que respeita às saídas e convívios realizados sem o parceiro ou os filhos, bem como a diversidade das sociabilidades reservadas para o lazer, amenizando os desequilíbrios sempre registados segundo o género.

Média de actividades dos vários subgrupos existentes na família nuclear por forma de integração externa  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.13]

	Todas as famílias	Fechamento	Abertura fraca	Abertura média	Abertura forte
Número médio de actividades:					
Mulher.....	0,30	0,10	0,18	0,36	0,67
Mulher e filhos(as).....	0,33	0,27	0,24	0,27	0,65
Cônjuge.....	0,45	0,22	0,37	0,54	0,71
Cônjuge e filhos(as).....	0,23	0,11	0,17	0,30	0,38
Casal.....	0,51	0,23	0,34	0,54	1,13
Casal e filhos(as).....	3,27	2,11	2,42	3,57	5,78
Filhos(as).....	1,42	0,29	0,81	1,90	3,13
Total de actividades.....	6,65	2,47	4,63	7,60	12,70
Número médio de convívios:					
Mulher.....	0,18	0,0	0,10	0,25	0,40
Mulher e filhos(as).....	0,09	0,0	0,06	0,10	0,20
Cônjuge.....	0,27	0,0	0,22	0,41	0,44
Cônjuge e filhos(as).....	0,09	0,0	0,05	0,13	0,20
Casal.....	0,16	0,0	0,08	0,20	0,45
Casal e filhos(as).....	1,17	0,0	0,72	1,53	2,73
Filhos(as).....	1,16	0,0	0,61	1,70	2,72
Total de convívios.....	3,15	0,0	1,88	4,37	7,19

Globalmente, pode até constatar-se a tendência para a associação entre abertura forte a saídas e sociabilidades e a existência de práticas levadas a cabo separadamente por cada um dos cônjuges (quadro n.º 5.14).

Na verdade, as famílias muito fusionais, em que não há actividades individuais de nenhum dos cônjuges, caracterizam-se mais frequentemente por situações de fechamento. Por outro lado, formas de autonomia apenas masculinas ou apenas femininas não concorrem também com uma forte marca de abertura ao exterior. Pelo contrário, à medida que a autonomia de ambos os cônjuges vai adquirindo contornos de equilíbrio, a percentagem de famílias cuja abertura é forte ou média aumenta muito significativamente. Quer dizer, se a autonomia traduzida pelas actividades realiza-

das individualmente contribui para ampliar a diversidade de actividades e de relações de sociabilidade dos membros da família, a sua vivência em quadros de maior paridade de género entre homens e mulheres intensifica ainda mais o recorte desta associação.

Formas de integração externa por tipo de autonomia pessoal nas actividades fora de casa  
(*n* = 1776)

[QUADRO N.º 5.14]

	Todas as famílias	Masculina individual	Feminina maternal	Masculina individual, feminina maternal	Equilibrada	Não há
Fechamento.....	17,3	13,2	17,8	8,3	5,5	26,9
Abertura fraca.....	39,3	42,6	37,5	29,2	24,9	45,7
Abertura média.....	25,0	27,7	23,9	27,1	33,6	19,9
Abertura forte.....	18,4	16,5	20,7	35,4	35,9	7,5
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 195,48$ ; *DF* = 12; *p* < 0,000 (*cf* = 0,32).

Ainda que a abertura ao exterior possa fazer parte de um *habitus* familiar, implicando todos os membros de um mesmo núcleo numa postura mais ou menos comum, como parece ser, pelo menos em termos de maiorias estatísticas, o caso, a permeabilidade da dinâmica interna da família à expressão individual (ter tempos e estar em espaços fora do nós-casal ou do nós-família) solidariza-se com uma maior apetência pelos contactos e interesses exteriores à casa. A presença de formas de individualização na vida familiar parece contribuir, assim, de forma significativa para a edificação de brechas de abertura ao exterior. A família que, idealmente, a privatização dos afectos fechava no casulo da intimidade fusional entre cônjuges e entre pais e filhos, afastando o mundo exterior para um lugar menor na hierarquia de importâncias das realizações pessoais (Sennet, 1974), acaba, antes e muitas vezes, por se construir num cenário de múltiplas ancoragens sociais e relacionais. Num certo sentido, as formas de individualização produzidas no seio da família ajudam a uma recolocação das pessoas na esfera pública, aumentando a sua «estada» em espaços sociais vários, como propunha Simmel (1989 [1908]) ao reportar-se à diver-

sificação dos círculos sociais de que os indivíduos se podem servir para construir a sua identidade.

## Os tipos de interacção conjugal

Explicitados os principais resultados em matéria de coesão interna e de integração externa, resta-nos saber como se articulam entre si os vários indicadores que utilizámos. Que diferentes tipos de dinâmicas de interacção podemos, finalmente, identificar?

Como vimos até aqui, procurámos não definir, à partida, eixos tipológicos demasiado restritos. Buscámos antes salvaguardar uma considerável dose de abertura ao aparecimento de novas combinações entre categorias de resposta, apostando no confronto com os dados obtidos. A construção de uma tipologia de interacções conjugais é consequente com uma postura metodológica que concede alguma margem de liberdade à leitura da realidade empírica, não limitando à partida o número de perfis a descobrir. As diferentes combinações entre os vários indicadores (as práticas de coesão, as divisões de género, a regra de coesão e as formas de integração externa) permitiram-nos identificar seis tipos de dinâmicas de interacção (quadro n.º 5.15)<sup>25</sup>.

Uma primeira forma de interacção é vincadamente «paralela» tanto a nível das rotinas como das intenções. De facto, 14,8% dos casais caracterizam-se por práticas de coesão de recorte separado, predominando, nas rotinas domésticas, de lazer e de diálogo, a separação conjugal em detrimento da fusão. Dinâmica reafirmada igualmente a nível das intenções, pois é procurada a autonomia ou a autonomia relativa no que respeita ao dinheiro e aos lazeres, gostos e amigos. A autonomia está, aliás, bastante sobre-representada face à média (mais 18,0%). Esta dinâmica é, contudo, produzida num contexto de diferenciação de género no casal tanto em termos de trabalho como de divisão de actividades e lazeres. É patente uma sobre-representação significativa das modalidades caracterizadas pela

<sup>25</sup> Num primeiro momento de análise construímos vários índices de coesão (de práticas paralelas, fusionais e polivalentes, de «intenções» fusionais e autónomas, de igualdade no trabalho e nas actividades) e índices de integração (de saídas, de convívios) por forma a tornar contínuas as variáveis em análise. Foi-nos assim possível proceder a uma análise factorial (*principal axis factoring*) seguida de uma análise de *clusters* sobre os *scores* dos factores obtidos. A análise de *clusters* foi feita em dois passos: efectuámos primeiro uma análise de *clusters* hierárquica, utilizando o método Ward, e em seguida utilizámos o procedimento de classificação *quick cluster*, que permite otimizar a classificação dos sujeitos obtida através do *cluster* hierárquico.

Tipos de interacção conjugal  
(*n* = 1776)

[QUADRO N.º 5.15]

	Todas as famílias	Paralelo	Paralelo familiar	Bastião	Fusão aberta	Confluente	Associativo
	( <i>p</i> < 0,000)	(14,8)	(21,7)	(19,7)	(16,3)	(12,4)	(15,1)
Práticas de coesão:	(cf = 0,76*)						
Separação forte.....	8,0	<b>41,8</b>	4,5	4,9	0,0	0,0	0,0
Separação atenuada.....	26,4	<b>37,5</b>	75,1	6,3	4,1	5,4	14,2
Fusão expressiva.....	18,9	6,4	0,8	<b>63,5</b>	19,0	1,4	13,0
Fusão.....	10,3	1,5	0,0	10,9	<b>41,7</b>	0,0	6,7
Polivalente expressiva.....	16,8	6,0	9,9	5,5	22,1	18,2	<b>44,8</b>
Polivalente.....	19,6	6,8	9,7	8,9	13,1	<b>75,0</b>	21,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Regras de coesão:	(cf = 0,59)						
Fusão.....	61,0	12,8	<b>85,2</b>	<b>85,8</b>	<b>85,5</b>	<b>75,3</b>	2,6
Autonomia relativa.....	30,2	<b>60,3</b>	14,0	13,0	13,8	22,4	<b>70,5</b>
Autonomia.....	8,8	<b>26,8</b>	0,8	1,2	0,7	2,3	<b>26,9</b>
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Divisão do trabalho:	(cf = 0,50)						
Dupla profissão e trabalho feminino.....	37,7	<b>50,4</b>	47,0	46,4	25,9	11,6	35,6
Dupla profissão e divisão conjunta.....	24,9	9,8	8,1	15,4	<b>40,4</b>	<b>62,9</b>	26,4
Dupla profissão e delegação.....	9,6	6,4	8,1	5,4	8,2	3,3	27,2
Profissão masculina e trabalho feminino.....	18,6	<b>21,8</b>	<b>30,3</b>	<b>25,3</b>	11,3	8,6	6,4
Profissão masculina e divisão conjunta.....	5,8	2,6	2,4	4,5	13,5	<b>12,2</b>	1,2
Profissão feminina e trabalho feminino.....	3,5	<b>9,0</b>	4,1	3,0	0,7	1,4	3,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de autonomia pessoal:	(cf = 0,59)						
Masculina individual.....	25,6	<b>30,8</b>	<b>54,0</b>	7,1	6,9	<b>38,2</b>	13,8
Feminina maternal.....	21,2	<b>26,2</b>	17,9	10,3	21,4	21,8	34,3
Masculina individual, feminina maternal.....	8,1	10,3	9,4	1,4	4,1	<b>10,9</b>	<b>14,9</b>
Equilibrada.....	12,2	10,6	15,8	0,9	6,6	<b>27,3</b>	<b>17,2</b>
Não há.....	32,9	22,1	2,9	<b>80,3</b>	<b>61,0</b>	1,8	19,8
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Integração externa:	(cf = 0,53)						
Fechamento.....	17,3	<b>31,6</b>	9,4	44,6	5,2	2,3	4,9
Abertura fraca.....	39,3	<b>47,9</b>	<b>47,5</b>	<b>48,3</b>	40,3	20,0	22,4
Abertura média.....	25,0	16,7	31,7	6,9	<b>35,9</b>	31,8	29,9
Abertura forte.....	18,4	3,8	11,4	0,3	18,6	<b>45,9</b>	<b>43,3</b>
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

\* Os elevados valores do coeficiente de contingência (medida associada do qui-quadrado) indicam o quanto as variáveis têm peso na definição estatística dos tipos de interacção familiar. É de notar que todos os valores são superiores a 0,50.

desigualdade entre os cônjuges no que respeita à divisão do trabalho. A diferenciação de papéis conjugais é ainda bem visível em matéria de lazeres, pois a autonomia pessoal caracteriza-se por actividades individuais no masculino e por actividades maternas no feminino. Finalmente, a autonomia sexualmente diferenciada que caracteriza a coesão interna vai associar-se a uma dinâmica de fechamento, uma vez que cerca de 80,0% destas famílias são fechadas ou manifestam somente uma abertura fraca ao exterior. Este tipo tem, assim, alguma semelhança com as famílias paralelas propostas por Kellerhals *et al.* (1987, 2000), também definidas por autonomia e fechamento.

A autonomia paralela encarna, por conseguinte, mais uma divisão tradicional das tarefas, actividades e competências de género do que a divisão paritária e baseada na independência que normalmente se atribui aos casais associativos (Roussel, 1980 e 1991). Todavia, ao consolidar-se por separação conjugal das práticas quotidianas, esta forma de conjugalidade não deixa de comportar maneiras práticas de construir autonomia face à presença do «nós-casal». Aliás, os casamentos fortemente institucionais das sociedades mais tradicionais<sup>26</sup>, também amiudadamente trespassados pela separação das práticas diárias, não deixavam de dar aos indivíduos alguma margem de autonomia, apesar de ser uma autonomia fabricada através da diferença entre homens e mulheres. Devemos, assim, fazer a distinção essencial entre o ideal de autonomia associativa conotada com a ultramodernidade da relação conjugal e a autonomia vivida na e pela diferenciação de género.

Um segundo perfil de interacção foi identificado como «paralelo familiar», uma vez que combina práticas caracterizadas pela separação atenuada e intenções de fusão a nível do que se pretende colocar sob o controlo do nós-casal: 85,2% das mulheres dão conta desta intenção. Embora as rotinas sejam partilhadas quotidianamente de forma algo semelhante às das famílias paralelas, a diferença reside na regra de coesão conjugal e também nalgumas práticas familiares um pouco mais fusionais. As diferenças de género estão igualmente patentes na divisão do trabalho e das actividades. Há, de facto, uma sobre-representação de famílias em que a mulher não trabalha fora de casa (30,3%) ou em que assume a (quase) totalidade dos afazeres domésticos mesmo tendo uma profissão remunerada (47,0%), bem como de situações em que o homem tem práticas mais individualizadas e a mulher vive o seu espaço de autonomia quotidiana no quadro da maternidade. Aliás, nestas famílias a autonomia é muito mais

<sup>26</sup> Como os casais de camponeses dos anos 40 pesquisados por K. Wall (1998a) ou os casais ligados à pesca estudados por Cole (1994).

masculina do que feminina. A desigualdade de género é também aqui um traço característico, trespassando claramente as maneiras de fabricar a coesão interna. Do ponto de vista da integração, temos, contudo, uma maior abertura do que no caso anterior, já que se oscila entre uma abertura fraca (47,5%) e uma abertura média (31,7%). Em suma, estas famílias são globalmente caracterizadas por rotinas separadas e de género, associadas a uma atitude fusional, e por alguma dose de abertura a actividades e a convívios.

O terceiro tipo de dinâmica foi designado por «bastião». Abrangendo 19,7% de famílias, caracteriza-se, tal como o tipo proposto por Kellerhals *et al.* (1987 e 2000), por traços de fusão e de fechamento. Predomina, nas práticas rotineiras, a fusão expressiva (63,5%), fusão que encontra correspondência na intenção de colocar dinheiro, gostos, lazeres e amigos sob a égide do nós-casal (85,8%). Sem espaço para actividades e lazeres vividos em separado pelos cônjuges, a desigualdade de género verifica-se, porém, em matéria de divisão do trabalho: encontram-se sobrerrepresentadas situações de dupla profissão e trabalho doméstico feminino (46,4%) e situações de ganha-pão masculino (25,3%). A tendência para o fechamento é igualmente um traço central: se somarmos fechamento e abertura fraca, verificamos que 93,4% destas famílias aí se enquadram, denotando a grande escassez de saídas e de sociabilidades exteriores.

Outro tipo de dinâmica fusional – a «fusão aberta» (16,3% dos casos) – identifica logicamente o cruzamento entre uma dinâmica fusional de coesão no casal e uma dinâmica de abertura em matéria de integração externa, assemelhando-se às famílias companheirismo assinaladas por Kellerhals e a sua equipa. Aqui as práticas de coesão são sobretudo fusionais e incluem quer o lado expressivo (lazer, conversas), quer o lado instrumental (trabalho doméstico). Daí que alguma partilha das tarefas domésticas seja apanágio destes casais. No plano dos papéis de género, 40,4% caracterizam-se por profissão dupla e partilha conjunta das lides caseiras e em 13,5% dos casos o homem participa na realização das tarefas, mesmo que a mulher não tenha uma profissão remunerada. A fusão é igualmente evidente como regra de coesão, acrescentando de sentido o perfil globalmente fusional em que a autonomia pessoal não é privilegiada. Em termos de integração, as famílias pendem para uma certa abertura, embora 40% destas tenham somente uma abertura fraca.

As dinâmicas que denominámos de «confluentes» caracterizam, por seu lado, 12,4% dos casais. Nas práticas, a coesão é polivalente expressiva e instrumental, ou seja, práticas autónomas e fusionais coexistem de modo equilibrado. Mais, a fusão respeita tanto à partilha conjugal das tarefas domésticas como à partilha conjugal dos lazeres e das conversas. Note-se também que 62,9% dos casais dividem o trabalho em forma de profissão

dupla e partilha conjugal na esfera doméstica. Os modos de construção da autonomia pessoal podem, contudo, ser diferentes, acentuando, nalguns casos, o equilíbrio entre o casal, ou dando, noutros, mais campo à autonomia masculina. Tal facto não elide, ainda assim, os traços marcantes de uma paridade relativa ou da pluralidade interna das práticas. A esta coesão polivalente e indiferenciada nas práticas associa-se, entretanto, uma regra de coesão fusional. Finalmente, a integração externa faz-se sobretudo por abertura forte (45,9%). O perfil confluyente desta forma de interacção conjugal refere-se, assim, à junção de traços algo polares: a autonomia e a fusão nas práticas a par da procura de fusão nas intenções, o instrumental e o expressivo, a igualdade marcada na divisão do trabalho, a diversidade de formas de construir, no masculino e no feminino, a autonomia pessoal. Este é, por assim dizer, um tipo em que características algo diversas surgem agregadas, ou seja, confluem.

Finalmente, 15,1% dos casais evidenciam uma dinâmica «associativa», designação cujo sentido se encontra próximo do das famílias associação «modernistas» propostas por Roussel ou ainda por Kellerhals. Nas práticas quotidianas, a coesão predominante é polivalente expressiva (44,8%) e a regra de coesão conjugal comporta intenções explícitas de autonomia (26,9%) ou de autonomia relativa (70,5%). Combinam-se aqui algumas características singulares: o peso do nós-casal nas práticas de lazer a par da intenção de preservar espaços de autonomia individual; uma relativa paridade, tal como no tipo confluyente, em matéria de autonomia pessoal, acentuando-se sobretudo a autonomia feminina; a forte presença de estratégias de delegação do trabalho doméstico associadas à profissão dupla dos cônjuges. A abertura intensa é igualmente o perfil predominante a nível da integração externa. A associação designa, em suma, casais caracterizados pela combinação de fusão e de autonomia nas práticas, pelo acento na intenção de autonomia, pela diversidade de formas de construção da autonomia pessoal, pela dupla profissão do casal associada à presença da empregada doméstica e pela abertura social e a integração em sociabilidades diversas. O contraste com a autonomia paralela, estruturada pelas diferenças de género, impõe-se assim de modo evidente.

## Orientações normativas e interacções: cumplidades

Em capítulo anterior percebemos a existência, na sociedade portuguesa contemporânea, de uma pluralidade de modelos normativos de conjugali-

dade, num *continuum* da instituição forte ao companheirismo forte. No primeiro caso atinge-se o pico máximo em matéria de valores institucionais, sobressaindo o respeito pelos deveres que o casamento implica, a perenidade do laço matrimonial, a pouca importância da comunicação no casal, a regulação externa da vida familiar e normas de diferenciação sexual na esfera doméstica e profissional; no segundo caso encontramos o oposto. Acentua-se a dinâmica companheirista da relação a dois, a dissolubilidade do casamento, a comunicação intensa, a ausência de pressão social e a igualdade de papéis conjugais. Importa, assim, perceber em que medida estes valores se vinculam a dinâmicas de interação conjugal específicas.

Com efeito, ressaltam duas tendências centrais (quadro n.º 5.16).

Tipos de interação segundo a orientação conjugal  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.16]

	Todas as famílias	Instituição forte	Instituição	Aliança	Companheirismo	Companheirismo forte
Paralelo.....	14,8	24,9	19,4	15,9	8,6	9,7
Paralelo familiar.....	21,7	25,8	22,6	23,6	22,3	12,0
Bastião.....	19,7	19,7	22,6	20,3	21,1	12,4
Fusão aberta.....	16,3	13,3	11,9	16,9	17,7	20,9
Confluente.....	12,4	7,7	11,0	11,3	15,3	15,1
Associativo.....	15,1	8,6	12,5	12,0	15,0	29,9
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 127,80; DF = 20; p < 0,000 (cf = 0,26).$$

De um lado, as orientações institucionais (instituição e instituição forte), ou aliança, um perfil ainda consideravelmente institucional, mas que incorpora já valores ideais de igualdade conjugal, ligam-se a dinâmicas conjugais de tipo paralelo, paralelo familiar e bastião. A associação a valores de matriz institucional acresce assim de sentido «nómico» as diferenciações de género vividas na prática. Se em dois destes perfis de interação existe autonomia, ela alimenta-se precisamente do espaço que a diferenciação de género propicia, num quadro tradicional da família – a cada um as suas competências e os seus espaços.

Do outro lado, verificamos que as orientações de matriz companheirista se vinculam a dinâmicas de tipo confluyente, fusão aberta e associação, existindo, assim, também uma certa correspondência entre a maior igualdade das práticas e os valores da paridade conjugal, paridade que, aliás, se funda numa visão da conjugalidade mais como relação do que como instituição. A este pendor para a relação não é com certeza alheia a maior pluralidade interna e a maior abertura existente no campo das interações.

Os domínios de gratificação da mulher onstituem outra variável muitíssimo associada ao domínio das interações (quadro n.º 5.17), indicando-nos o quanto a realização da mulher e as áreas que eleger como importantes para si (para a sua identidade, portanto) interdependem da dinâmica conjugal. Este resultado aponta, mais uma vez, para a estreita relação entre «construção nómica» e vida conjugal. Não é só a visão da conjugalidade e da família que está em causa, mas é também a própria individualidade, mais centrada na família, na casa, na vida doméstica ou em formas de integração exterior alternativas a este universo (os convívios, a profissão), que se constrói de maneira cúmplice com a vida conjugal que se tem. Esta é, portanto, uma relação biunívoca, dificilmente se podendo falar de variáveis dependentes e independentes<sup>27</sup>.

Tipos de interação segundo os principais domínios de gratificação da mulher  
(n = 1228)

[QUADRO N.º 5.17]

	Todas as famílias	Tarefas domésticas, filhos e casal	Tarefas, parentes e filhos	Parentes, filhos e casal	Convívios, filhos e casal	Profissão, filhos e casal
Paralelo.....	14,8	10,3	27,9	11,8	12,2	8,0
Paralelo familiar.....	21,7	32,8	29,4	25,3	14,5	13,2
Bastião.....	19,7	28,4	17,6	17,7	15,7	11,6
Fusão aberta.....	16,3	15,8	13,2	20,8	19,8	16,3
Confluente.....	12,4	10,3	7,4	14,3	17,4	13,5
Associativo.....	15,1	2,3	4,4	10,1	20,3	36,7
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 239,23; DF = 20; p < 0,000 (cf = 0,40).$$

<sup>27</sup> Podia indagar-se, a este propósito, se são as práticas que determinam a construção de sentido ou se é o sentido que produz as formas de interagir. Sem querer entrar em discussões laterais à nossa análise, parece-nos ser de sustentar uma relação de dupla estruturação entre os dois níveis da realidade, proposição que ganha solidez ao apelarmos para os conceitos de *habitus* (Bourdieu, 1983) ou de rotinização da vida quotidiana (Giddens, 1984).

Portadoras de valores mais institucionais, as mulheres que se gratificam com as tarefas domésticas e os parentes, para além, claro está, da relação com os filhos e da relação de casal, encontram-se mais frequentemente inseridas em casais paralelos, paralelos familiares ou bastião. O seu universo de realização fecha-se na vida familiar e na casa, não se alargando ao mundo exterior. Contrariamente, encontramos uma sobrerrepresentação de casais confluentes e associativos entre as mulheres que, nas suas gratificações electivas, aliam a vida familiar ao mundo profissional ou aos convívios com colegas e amigos.

Em suma, as normas institucionais aliadas a uma orientação interna da mulher unem-se a dinâmicas caracterizadas por formas de autonomia tradicional ou por fusão, fechamento e diferenças de género marcadas. A visão companheirista da conjugalidade e a gratificação feminina orientada para o exterior da família associam-se, por seu lado, a dinâmicas caracterizadas por práticas polivalentes (que combinam autonomia e fusão) e por uma menor desigualdade conjugal.

## Os contextos e os tempos sociais das interacções

Feita a descrição dos tipos de interacção conjugal, bem como das matrizes normativas que os caracterizam, veremos seguidamente em que medida as formas de interagir no casal se associam a contextos e tempos sociais diferentes. Procuraremos, por conseguinte, entender, a partir de um conjunto alargado de variáveis, a diversidade do funcionamento conjugal. Em primeiro lugar, olharemos para as ancoragens sociais dos casais (a posição de classe, o tempo social de existência) e para alguns contextos de inserção (as relações de apoio). Em segundo lugar, procuraremos perceber, de um conjunto alargado de variáveis de «contexto social» e de «percurso conjugal e familiar»<sup>28</sup>, quais os factores que estatisticamente mais impacto têm sobre as interacções.

## Capitais escolares e posições de classe

Uma das hipóteses de que partimos é a de que as diferentes posições em matéria de capitais escolares e sócio-profissionais delimitam um cam-

<sup>28</sup> O efeito gerado por este conjunto de variáveis na vida conjugal e familiar encontra-se descrito e analisado com pormenor em Aboim (2004).

po de possibilidades objectivas para a construção da dinâmica da família conjugal, mesmo que a esta concedamos uma «autonomia relativa», por contraponto a um determinismo de classe absoluto. Determinismo esse subjacente, por exemplo, ao conceito de «famílias de classe» (Bertaux, 1978). Contudo, mesmo tomando como referência quadros de análise centrados nas propriedades do funcionamento interno do casal, verificamos que a variação das formas de conjugalidade está comprovadamente associada à desigualdade de situações de classe. Kellerhals *et al.* (1982 e 2000) observaram, por exemplo, que a fusionalidade conjugal (como norma descritiva do casal) aparecia sobrerrepresentada nos meios populares, ao passo que o acento na autonomia individual se encontrava em sectores melhor providos de recursos profissionais e escolares. Também Torres (2000b) constatou, *grossa modo*, entre os casais portugueses da Área Metropolitana de Lisboa a tendência para vivências fusionais nos meios operários e nos sectores intermédios e para a autonomia entre os quadros superiores. Resultados idênticos são ainda visíveis na pesquisa efectuada por Santos (1995) numa cidade do interior do país (a Covilhã); analisando a semântica da conjugalidade, a autora confirma a associação da fusão ao operariado e da autonomia a grupos com escolaridades superiores.

No inquérito FPC revelam-se tendências genericamente semelhantes, ainda que se acrescente aos resultados acima comentados uma ou outra nova coloração (quadros n.ºs 5.18 e 5.19). É, de facto, entre as mulheres com escolaridades secundárias e sobretudo superiores que as dinâmicas associativas surgem sobrerrepresentadas, sendo até ao ensino básico que, pelo contrário, se evidenciam as famílias de tipo bastião – fusionais e fechadas. No entanto, se estes resultados demonstram a associação entre capitais escolares elevados e autonomia associativa e a articulação entre fusão fechada e baixos recursos académicos, outros matizes há que devem ser ponderados. É de notar, por exemplo, que entre as mulheres sem escolaridade ou apenas com o ensino primário se destaca outra forma de autonomia mais «tradicional» – a dinâmica paralela – que, embora enormemente estruturada por diferenças de género, não deixa de ser autonomia, tanto nas práticas como no plano das intenções. Aliás, também a dinâmica paralela familiar, onde prevalece uma certa separação conjugal das práticas, se associa às mulheres com escolaridade primária. Por seu lado, as dinâmicas fusão aberta ou confluyente, que implicam uma partilha conjugal das tarefas domésticas, aparecem um pouco acima da média entre as mulheres com o básico ou o secundário.

As desigualdades de níveis de escolaridade constituem assim um indicador central das diferenciações observadas na sociedade portuguesa, muito marcada pelas diferenças de capitais escolares (Machado e Costa,

1998, pp. 24-28). Estas distinções reproduzem-se inequivocamente a nível da estrutura sócio-profissional, sendo efectivamente possível delinear três tendências de acordo com as posições de classe dos casais (quadro n.º 5.19).

Tipos de interacção segundo a escolaridade da mulher  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.18]

	Todas as famílias	Sem escolaridade	Primário	Prep./básico	Secundário	Curso médio, lic. incompleta	Licenciatura completa ou mais
Paralelo.....	14,8	29,5	17,0	12,3	16,1	5,9	8,6
Paralelo familiar.....	21,7	21,8	28,4	19,6	9,5	17,8	14,0
Bastião.....	19,7	28,2	21,5	23,0	14,1	6,9	3,2
Fusão aberta.....	16,3	14,1	13,5	19,0	19,1	16,8	16,1
Confluente.....	12,4	1,3	12,0	13,8	14,1	13,0	11,9
Associativo.....	15,1	5,1	7,6	12,3	27,1	39,6	46,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 258,66; DF = 25; p < 0,000 (cf = 0,36).$$

Tipos de interacção segundo a classe social do casal  
(n = 1729)

[QUADRO N.º 5.19]

	Todas as famílias	ED	PIC	PTE1	IPP	C	EE	OI	EE + OI	AA + OI
Paralelo.....	14,8	2,5	9,0	11,2	14,0	16,5	13,8	15,9	15,7	18,8
Paralelo familiar.....	21,7	10,0	12,4	14,9	23,7	30,8	19,5	27,0	17,3	31,3
Bastião.....	19,7	5,0	5,6	8,2	23,7	30,8	16,7	25,7	19,7	23,4
Fusão aberta.....	16,3	17,5	23,6	18,5	14,8	12,1	17,1	14,9	18,5	17,2
Confluente.....	12,4	10,0	10,1	14,4	12,1	6,6	16,3	11,6	15,7	6,3
Associativo.....	15,1	55,0	39,3	32,8	11,7	3,2	16,6	4,9	13,1	3,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 255,96; DF = 40; p < 0,000 (cf = 0,36).$$

Por um lado, verificamos que tanto as dinâmicas paralela e paralela familiar – portadoras de alguma margem de autonomia «tradicional» –

como a dinâmica bastião – fusional e fechada – se associam aos meios camponeses e operários, constatando-se assim o peso que assumem entre estes sectores quer as formas de autonomia construída pelas divisões de género, quer a fusão não igualitária, familiar e mais fechada ao exterior. De facto, tanto os casais de camponeses, caracterizados pela ligação à pequena propriedade agrícola, como os casais de operários, divididos entre situações de duplo emprego, em que ambos os cônjuges trabalham na fábrica, e situações em que a mulher é doméstica, ou ainda os casais mistos de operários e assalariados agrícolas, exibem um perfil de funcionamento conjugal bastante semelhante. Este perfil pode apresentar-se mais fusional, de forma próxima aos resultados das pesquisas já referidas (Kellerhals *et al.*, 2000; Torres, 2000b; Santos, 1995), mas pode igualmente pender para determinadas formas de autonomia sexualmente diferenciada. Globalmente, constatamos que mais de metade dos casais de operários e dos casais de camponeses tem formas de funcionamento familiar de tipo bastião ou paralelo familiar, ocorrência que atesta a vigência de uma norma fusional nos discursos femininos. Norma esta acompanhada pelas práticas, no primeiro caso, e algo distanciada, no segundo. Contudo, a existência de práticas conjugais separadas ou mesmo de uma elevada proporção de formas de funcionamento de tipo paralelo denota também um certo direccionamento para a separação no interior do casal. Este tipo de dinâmica, correntemente constatada entre os meios ligados à terra (v. Wall, 1998a), tradicionalmente caracterizados pela separação do dinheiro e pela divisão sexual de papéis e áreas de controlo no interior da família, tem sido menos associado aos sectores operários, normalmente vistos como fusionais, por contraponto à autonomia promovida nas classes médias. Neste sentido, as questões colocadas por Schwartz (1990, pp. 125 e segs.) em *O Mundo Privado dos Operários* encaixam-se sem grande dificuldade nos nossos resultados. Dissertando acerca da fusão conjugal encontrada entre casais de operários do Norte da França nos anos 80, o autor refere as contradições encontradas entre uma fusão desejada e a separação visível no quotidiano, dizendo tratar-se não só de um hiato entre práticas e normas, mas de uma contradição interna aos próprios actos dos indivíduos, que oscilam, por vezes, entre uma matriz fusional e a autonomia individual, embora não o façam de maneiras idênticas às que se encontram nos sectores mais qualificados. Em suma, o autor, no seu estudo qualitativo, não encontrou nem formas de autonomia modernas nem uma fusão conjugal forte, dado existirem variados elementos, alguns deles desejados, de separação entre os cônjuges.

Por outro lado, comprovamos que as dinâmicas associativas são mais marcadas entre os grupos com maiores qualificações profissionais. Reafirma-se deste modo, no contexto português, a relação entre capitais ele-

vados e autonomia conjugal no sentido mais «modernista». A predisposição para discursos sobre a autonomia e a fabricação de espaços individuais na vida conjugal e familiar não implica, contudo, como alerta Singly (1993, p. 94), uma separação forte do casal nas suas práticas. Pelo contrário, como verificamos através dos dados, o funcionamento associativo, vinculado a estes grupos sociais, promove lógicas de interacção visivelmente conjugalizadas em vários domínios da vida familiar (as conversas, os lazeres). Mas, seja de cariz mais autónomo ou mais fusional<sup>29</sup>, o tracejado modernista delineado pelo pendor igualitário e pelos valores do companheirismo marca sobremaneira estes grupos sociais.

Finalmente, encontramos uma sobre-representação das dinâmicas fusão aberta e confluyente, também tendencialmente orientadas para valores modernistas de relação, entre os sectores intermédios e executantes do terciário. Do ponto de vista das posições de classe, parece haver alguma proximidade social entre estes dois últimos tipos de conjugalidade, talvez porque ambos partilhem como características comuns alguma divisão conjugal das tarefas, a regra fusional e a abertura ao exterior, ressaltando-se as diferenças encontradas a nível das práticas de coesão – o tipo fusão aberta é muito fusional, ao passo que o confluyente comporta, no seu interior, vários subgrupos, incluindo práticas separadas de cada um dos cônjuges, muito embora não alinhe com intenções de autonomia associativa.

Globalmente, podemos dizer que entre os grupos com mais capitais escolares e profissionais, bem como nos sectores intermédios qualificados, a matriz é associativa ou então de uma fusão aberta e companheirista, que nos sectores intermédios, administrativos e de profissões executantes do sector terciário se destacam funcionamentos de tipo fusão aberta e confluyente e que os camponeses e os operários oscilam entre a autonomia tradicional e a fusão sexualmente diferenciada. Muito embora as famílias não sejam de classe, no sentido mais estrito do termo, os estilos da interacção conjugal, bem como as suas possibilidades de variação, são fortemente determinados pelos posicionamentos estruturais dos casais no espaço social.

## O ano de entrada na conjugalidade

Uma segunda hipótese em análise prende-se com o impacto do «tempo». Exploramos esta questão a partir do ano de entrada na conjugalidade,

<sup>29</sup> É de notar ainda que o tipo fusão aberta se encontra nitidamente sobre-representado entre os profissionais intelectuais e científicos.

variável que traz à cena o tempo social de organização da vida conjugal (os anos 70, 80 ou 90), colocando em acção as mudanças que ocorreram em Portugal nas últimas três décadas. Período, afinal, em que as mulheres inquiridas fizeram as suas trajectórias de vida. Vejamos qual o impacto do ano de entrada na conjugalidade (quadro n.º 5.20).

Tipos de interacção segundo o ano de entrada na conjugalidade  
(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.20]

	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999
Paralelo.....	14,8	14,9	14,4	16,6
Paralelo familiar.....	21,7	25,1	20,9	16,6
Bastião.....	19,7	16,7	20,8	22,1
Fusão aberta.....	16,3	15,7	16,5	17,1
Confluyente.....	12,4	14,2	12,0	9,4
Associativo.....	15,1	13,4	15,4	18,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0

$$\chi^2 = 14,59; DF = 10; p < 0,05 (cf = 0,10).$$

Embora a associação não seja globalmente muito forte, pois, segundo o coeficiente de contingência, o ano de entrada na conjugalidade explica apenas 10% da variação das dinâmicas conjugais, encontramos algumas associações significativas. As dinâmicas de tipo fusional (bastião, fusão aberta) são ligeiramente mais frequentes entre as mulheres que entraram na conjugalidade já nos anos 90. Pelo contrário, as formas paralela familiar e confluyente tendem a surgir sobre-representadas quando se entrou na conjugalidade ainda nos anos 70. Um terceiro aspecto a reter prende-se com o padrão de variação das dinâmicas associativas, que tendem a aumentar à medida que se vai avançando no ano de entrada na vida a dois.

Se as últimas três décadas serviram de palco a movimentos tendenciais para a fusão ou a associação na conjugalidade, podemos, a fim de melhor divisarmos o efeito do momento histórico de formação do casal sobre a sua dinâmica interna, procurar saber se houve ou não padrões de mudança diferenciados consoante o meio social. Na medida em que a pertença de classe tem um impacto decisivo sobre a vida interna do casal, podemos facilmente presumir que as mudanças ocorridas no campo das interacções assumem formatos diferentes consoante a sua ancoragem social.

Neste sentido, o cruzamento entre o ano de entrada na conjugalidade e os tipos de interacção conjugal por classe social permitiu-nos aferir com maior minúcia os efeitos da mudança social das últimas décadas sobre a vida conjugal e familiar (quadro n.º 5.21). Repare-se, aliás, que a associação estatística entre os tipos de interacção e o ano de entrada na conjugalidade se reforça quando se chama à análise a classe social do casal: os valores do coeficiente de contingência passam a ser de 0,19 e de 0,18 quando observamos, respectivamente, o grupo formado pelos empresários e dirigentes, pelas profissões intelectuais e científicas e pelas profissões técnicas e de enquadramento intermédio e o grupo constituído pelos camponeses, pelos operários industriais e pelos assalariados agrícolas casados entre si ou com operários industriais.

Tipos de interacção segundo o ano de entrada na conjugalidade, por classe social

[QUADRO N.º 5 21]

	ED, PIC, PTEI (n = 324)				C, OI, OI + AO (n = 544)			
	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999*	Todas as famílias	Até 1979	1980-1989	1990-1999
Paralelo.....	9,6	9,3	9,1	13,3	16,4	19,1	14,6	18,5
Paralelo familiar.....	13,6	20,0	11,4	13,3	28,1	34,0	27,1	16,7
Bastião.....	7,1	5,3	7,8	6,7	26,3	22,2	29,0	22,0
Fusão aberta.....	19,8	24,0	18,7	16,7	14,7	9,3	16,5	20,4
Confluente.....	12,6	12,0	14,6	0,0	10,1	11,1	9,1	13,0
Associativo.....	37,3	29,3	38,4	50,0	4,4	4,3	3,7	9,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 12,07; DF = 10, p < 0,05$        $\chi^2 = 17,69, DF = 10, p < 0,05$   
 (cf = 0,19)                                      (cf = 0,18)

\* É de notar que a análise dos tipos de interacção entre a população que entrou na conjugalidade nos anos 90 e pertence ao grupo formado pelos empresários e dirigentes, pelas profissões intelectuais e científicas e pelas profissões técnicas e de enquadramento intermédio não nos permite com segurança retirar conclusões, uma vez que contabilizamos, nos anos 90, somente 30 casos com estas características na amostra inquirida.

Com efeito, ao observarmos o impacto do ano de entrada na conjugalidade sobre o conjunto formado pelos grupos mais qualificados, notamos, à medida que se avança no tempo, o aumento do tipo associativo e o decréscimo quer do tipo paralelo familiar, quer do tipo fusão aberta. Notamos

também uma ligeira sobre-representação do tipo confluyente, cujo perfil é polivalente, em termos de práticas de coesão, entre os casais que começaram a sua vida a dois na década de 80. Todavia, dos anos 70 para os anos 90 aumenta sobretudo a autonomia «modernista», em que se vislumbra a construção de espaços múltiplos – o individual, o nós-casal, o nós-família – e onde as desigualdades entre homem e mulher surgem relativamente mitigadas pela delegação do trabalho doméstico. Diminuem, por um lado, formas de vida conjugal estruturadas por diferenças de género marcadas e, por outro, formas fusionais onde tanto as práticas como as normas sublinham o «nós».

Ao observarmos, por seu lado, os grupos camponeses e operários, também relativamente homogéneos do ponto de vista das dinâmicas internas preferenciais, encontramos um padrão diferente do anterior. As tendências mais significativas prendem-se com a diminuição do tipo paralelo familiar e com o aumento do tipo fusão aberta.

Em suma, se verificamos uma tendência global para o decréscimo, a partir dos anos 80, de dinâmicas de perfil paralelo familiar, a tendência de aumento faz-se em sentidos diversos. Entre o grupo mais qualificado regista-se o crescimento das dinâmicas associativas, ao passo que entre os camponeses e os operários se verifica o aumento das dinâmicas fusionais, com destaque para o tipo fusão aberta, onde sobressai a relativa igualdade de género no que toca ao trabalho doméstico<sup>30</sup>.

O efeito do tempo social torna-se assim mais claro quando o percebemos em cada contexto social específico. Deste ponto de vista, o movimento tendencial para formas de fusão ou para a associação é muito provavelmente uma manifestação do impacto das mudanças ocorridas em Portugal, mas ancorado em contextos sociais diferentes.

## O contexto de apoio dos casais

Uma última hipótese de trabalho toca ainda um tema que não tem sido muito explorado em sociologia da família, isto é, a análise dos efeitos produzidos pela rede de apoio sobre a dinâmica conjugal. De facto, as pesquisas sobre este tópico escasseiam e remontam sobretudo aos anos 50 e 60, sendo de referir o clássico estudo de Elizabeth Bott (1976) ou as pesquisas de Reiss e Oliveri (1983) e Lee (1979, 1980), que vêm, de alguma

<sup>30</sup> A tendência para uma viragem direccionada para a fusão, como contraponto à separação tradicional, foi, aliás, notada por Wall (1998a) entre os camponeses do Baixo Minho nos anos 80.

forma, corroborar a hipótese da autora – hipótese que assentava no facto de o grau de segregação dos papéis conjugais variar de acordo com a *co-nectividade da rede social* da família, ou seja, na medida em que os membros da rede de ego se conhecessem e interagissem entre si independentemente de ego<sup>31</sup>.

Partindo então desta ideia de articulação entre o «lado de dentro» e o «lado de fora» da vida conjugal e familiar, procurámos perceber em que medida ter ou não ter apoio informal (uma rede, se quisermos) se articula a formas específicas de interacção.

Observando o quadro n.º 5.22, verificamos a existência de uma associação significativa entre as dinâmicas de interacção e o volume dos apoios recebidos<sup>32</sup> a partir do início da vida conjugal. De um lado, as dinâmicas paralela, paralela familiar e bastião associam-se a contextos de ausência de apoio. Do outro, os casais fusão aberta, confluentes e associativos aparecem sobrerrepresentados em situações de apoio frequente.

Parece haver, assim, uma relação entre ausência de apoio e dinâmicas conjugais fortemente estruturadas por uma divisão sexual de papéis e tendencialmente fechadas ao exterior, seja no quadro de uma autonomia «tradicional» ou de uma fusão de tipo bastião. Existe igualmente uma associação estatística significativa entre ter apoio frequente e dinâmicas caracterizadas por uma menor desigualdade conjugal e uma maior abertura, relação que se evidencia com mais força quando o perfil em matéria de subgrupos familiares combina autonomia e fusão, como acontece com os casais associativos ou confluentes. Nestes dois casos, a sobrerrepresentação é ainda mais expressiva do que tratando-se dos casais fusão aberta. Podemos então inferir que as dinâmicas portadoras de diversidade interna (vários subgrupos, por exemplo) tendem a produzir-se em contextos de maior apoio informal.

<sup>31</sup> Alguns estudos mais recentes seguem esta pista de análise. A título exemplificativo, podemos citar a pesquisa de Barrère-Maurisson (1995) relativamente à circulação do trabalho doméstico, em que se procura perceber como é que esta actividade de produção constrói laços familiares diferenciados e diferentes fronteiras da família, ou ainda o trabalho de Jacques Coenen-Huther (1991), que procura caracterizar tipos de domicílios familiares por relação ao indicador «recepção de visitas». Como nos diz Attias-Donfut (1996, p. 317), é necessário sair do grupo doméstico nuclear para mapear essa teia mais ou menos complexa de relações em que as conjugalidades (e as suas descendências) estão inseridas, pois as relações familiares alargadas (ou ainda as amicais e de vizinhança, acrescentemos) adquirem relevo na economia das famílias, nas suas vidas quotidianas e trajetórias sociais, bem como na estruturação de matrizes relacionais intraconjugais.

<sup>32</sup> Ou seja, o número de fluxos de apoio dados por pessoas diferentes. Sobre a análise das redes de apoio no *Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo*, v. Vasconcelos (2001 e 2002) e capítulo 13 deste livro.

## Tipos de interacção segundo os apoios recebidos ao longo da vida

(n = 1776)

[QUADRO N.º 5.22]

	Total	Ausência de apoio	Apoio ocasional	Apoio moderado	Apoio frequente
Paralelo.....	14,8	19,0	13,6	16,2	13,5
Paralelo familiar.....	21,7	27,4	23,3	20,2	17,8
Bastião.....	19,7	27,9	24,1	17,7	10,2
Fusão aberta.....	16,3	10,1	15,4	18,3	18,6
Confluente.....	12,4	6,1	11,7	11,4	17,8
Associativo.....	15,1	9,5	11,9	16,2	22,1
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$\chi^2 = 87,86$ ;  $DF = 15$ ;  $p < 0,000$  (cf = 0,22).

Se olharmos para estes resultados à luz da hipótese proposta por Bott, encontramos diferenças. Na verdade, o nó da questão parece aqui ser outro, pois a presença de rede não provoca, como propunha a autora, uma maior divisão conjugal de papéis, mas associa-se, pelo contrário, a uma menor desigualdade relativa (seja pela partilha conjunta do trabalho doméstico ou pela sua delegação) e a uma dinâmica interna mais plural e mesmo caracterizada pela autonomia modernista (no caso dos casais associativos). Aliás, o simples binómio fusão/autonomia é insuficiente para que se compreenda o impacto dos contextos de apoio, pois este depende sobretudo dos modos específicos de construir a coesão conjugal. Afinal, tanto a autonomia como a fusão, quando vividas num quadro mais institucional, associam-se a contextos de ausência de apoio, e inversamente.

A pergunta óbvia é então: por que é que isto acontece? Estaremos face a uma sobreposição de efeitos provocada pela correlação entre apoio e classe social (Kellerhals *et al.*, 1994; Wall *et al.*, 2001; Vasconcelos, 2002), dada a comprovada associação entre sectores escolarizados da população e redes de apoio volumosas e entre escassez de apoio e baixas qualificações escolares?

O cruzamento entre tipo de dinâmica conjugal e apoios recebidos por nível de escolaridade ajuda-nos a clarificar esta questão. Se isolarmos, por um lado, as mulheres com baixas qualificações escolares (sem escolaridade e escolaridade primária) e, por outro, as mulheres com o ensino secundário ou superior, podemos, enfim, aferir qual o real efeito do apoio sobre as formas de interagir (quadro n.º 5.23).

## Tipos de interacção segundo os apoios recebidos por nível de escolaridade

[QUADRO N.º 5.23]

	Sem escolaridade e primário (n = 788)				
	Total	Ausência de apoio	Apoio ocasional	Apoio moderado	Apoio frequente
Paralelo.....	18,2	21,7	16,6	20,4	17,0
Paralelo familiar.....	27,7	34,1	29,9	24,2	21,6
Bastião.....	22,2	22,6	25,9	20,4	14,7
Fusão aberta.....	13,6	9,4	12,7	14,5	17,8
Confluente.....	10,9	4,7	10,5	11,8	15,6
Associativo.....	7,4	7,5	4,4	8,7	13,3
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 33,44$ , $DF = 15$ ; $p < 0,005$ ( $cf = 0,20$ )					
	Escola secundária, curso médio/lic, incompleta e licenciatura completa ou grau superior (n = 393)				
	Total	Ausência de apoio	Apoio ocasional	Apoio moderado	Apoio frequente
Paralelo.....	11,7	16,7	12,9	14,8	6,5
Paralelo familiar.....	12,7	16,7	12,9	9,6	14,8
Bastião.....	9,7	16,7	16,7	7,8	2,5
Fusão aberta.....	17,8	16,7	16,7	19,1	18,0
Confluente.....	13,2	8,2	12,0	11,3	17,2
Associativo.....	34,9	25,0	28,8	37,4	41,0
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
$\chi^2 = 26,97$ , $DF = 15$ ; $p < 0,05$ ( $cf = 0,25$ )					

Uma constatação imediata é a de que, mesmo mantendo relativamente homogêneas as qualificações escolares, o cruzamento entre interacções e apoios continua a ser estatisticamente significativo. Pode, deste modo, fazer-se a ilação de que ter ou não apoio impõe realmente algumas diferenças. Analisando as mulheres sem escolaridade ou apenas com o primário, verificamos que as dinâmicas paralela, paralela familiar e bastião continuam sobrerrepresentadas quando a família não dispõe de apoios. Pelo contrário, as dinâmicas fusão aberta, confluente e associação aumentam, mesmo entre estas mulheres, quando o apoio recebido é frequente. Também entre as inquiridas com o secundário ou mais a percentagem de sobrerrepresentação da dinâmica associativa vai aumentando à medida da intensidade dos apoios recebidos.

Torna-se, assim, mais claro o impacto da rede de apoio sobre a dinâmica interna do casal. A ausência de apoio associa-se efectivamente a formas conjugais mais diferenciadas em matéria de divisões de género e caracterizadas ora pela autonomia conjugal tradicional, ora pela fusão fechada. A presença de apoio frequente tende a promover o aumento de casais associativos e confluentes, tipos que têm em comum o formato polivalente das práticas de coesão, a abertura forte a saídas e sociabilidades e uma desigualdade conjugal mitigada pela maior participação masculina ou pela delegação das tarefas domésticas na pessoa da empregada.

De facto, a maior ou menor intensidade dos apoios parece ter um impacto, não tanto sobre a fusão ou a autonomia conjugal num sentido estrito, mas sobretudo sobre o grau de desigualdade de género no casal e igualmente sobre o grau de fechamento ao mundo exterior à casa. Possíveis explicações para estes efeitos podem, na verdade, convocar várias causas. Por um lado, talvez o contacto com o exterior, implicado na circulação numa rede de apoio, tenda a propiciar uma maior adesão à própria ideia de igualdade<sup>33</sup>. Por outro lado, se pensarmos na óptica da teoria dos recursos (Blood e Wolfe, 1960), talvez a lateralização feminina<sup>34</sup> dos apoios funcione como recurso acrescido para a mulher, aumentando-lhe o poder e a autonomia dentro da família. Introduzimos aqui estas hipóteses explicativas como mote para eventuais reflexões sobre a relação entre dinâmica interna e rede de apoio.

## Síntese: por que variam as interacções?

Uma das nossas intenções era, obviamente, a de captarmos a diversidade de estilos de funcionamento interno da família conjugal. Outra era a de explicarmos sociologicamente essa mesma diversidade, identificando a sua ancoragem social. Ainda que, postulando uma autonomia relativa das interacções, concedamos a factores de ordem psicossocial, e mesmo psicológica, um papel igualmente activo na fabricação da vida conjugal e familiar, a análise que efectuamos revelou inequivocamente que a dinâmica interna do casal varia consoante o perfil dos capitais escolares e sócio-

<sup>33</sup> Neste sentido, é de notar que ter apoio frequente se associa sempre a uma maior adesão a normas ideais de igualdade em matéria de trabalho doméstico (mais 3%) e de trabalho profissional (mais 3,4%), e inversamente. Esta tendência verifica-se mesmo quando isolamos as mulheres sem escolaridade e com o ensino primário.

<sup>34</sup> A proporção de apoios dados por familiares do lado da mulher é de 61,5% (v. capítulo 13).

-profissionais, o grau de apoio recebido ou o tempo social de formação do casal. Do conjunto de factores sociais pesquisados, o impacto dos contextos de classe é, contudo, o mais evidente, permitindo afirmar a existência, na sociedade portuguesa, de uma forte relação entre o par família e classe social. De facto, as posições diferenciais na estrutura sócio-profissional predizem, em larga medida, o tipo de dinâmica conjugal que se vai construir, em matéria de relações de género, de autonomia e de fusão conjugal, de abertura ao exterior. O efeito de classe registado entrelaça-se, entretanto, no tempo social de vivência do casal ou nas suas relações sociais de apoio, atestando o carácter plural dos condicionamentos sociais agenciadores dos estilos de funcionamento interno da conjugalidade.

A fim de, em síntese, apreendermos o efeito específico das várias coordenadas de localização social sobre cada um dos tipos de casal, recorremos a uma análise de regressão logística, técnica estatística que nos permite identificar as variáveis independentes que mais são capazes de prever o formato particular das interacções<sup>35</sup>. Por exemplo, se a classe social tem globalmente um impacto muito considerável sobre o campo das interacções, esta análise permite-nos apreender especificamente a medida em que cada um dos tipos de conjugalidade depende das posições de classe. Visando aferir o efeito de um conjunto alargado de variáveis sobre as interacções, realizámos três análises de regressão logística para cada tipo de conjugalidade: em primeiro lugar, testámos o impacto das variáveis de contexto e tempo social<sup>36</sup>, que dizem respeito a coordenadas de inserção no espaço social; em segundo lugar, analisámos a capacidade preditora das variáveis de percurso familiar<sup>37</sup>, que respeitam aos vários caminhos possíveis de constituição da união conjugal e da família com filhos e de encadeamento entre as várias fases da vida familiar; em terceiro lugar, tendo aferido o impacto diferenciado dos dois conjuntos de preditores (contextos e percursos) sobre as interacções, efectuámos uma análise de todas as variáveis independentes em simultâneo, a fim de seleccionarmos

<sup>35</sup> Sobre esta técnica de análise estatística, v. Freire (2001). Através da análise de regressão logística é possível avaliar em que medida as variações ocorridas nas variáveis independentes explicam as da variável dependente.

<sup>36</sup> Incluímos neste conjunto a escolaridade da mulher e do cônjuge, a classe social do casal, a trajectória profissional da mulher, o tipo de apoio, a idade da mulher, o ano de entrada na conjugalidade e a religião combinada do casal.

<sup>37</sup> Trata-se das seguintes variáveis: o percurso de formalização da união, a idade da mulher na entrada na conjugalidade, a duração do namoro, o intervalo entre o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho do casal, o intervalo entre o primeiro e o último filho da actual conjugalidade, o número de filhos co-residentes e a idade do filho mais novo.

as que mais impacto efectivo têm sobre cada um dos diferentes tipos de interacção conjugal.

No quadro n.º 5.24 podemos verificar o efeito diferenciado sobre cada um dos tipos de interacção do conjunto de variáveis de contexto e de tempo social e do conjunto de variáveis de percurso familiar. Globalmente, podemos afirmar que os contextos sociais têm bastante mais impacto sobre as interacções do que os percursos: estar posicionado num determinado meio social, num determinado espaço de relações sociais, de trabalho ou de religião, permite, em maior medida do que a cadência específica do percurso de vida, prever o tipo de conjugalidade que se tem.

Porém, a informação mais interessante acrescentada por esta análise ao que já sabíamos refere-se ao facto de uns tipos de interacção serem mais dependentes dos contextos sociais do que outros. Nesta óptica, é o tipo associativo o que mais fortemente se vincula a determinados contextos [o grau de associação ( $R^2$ ) é de 0,179], nomeadamente de classe (Wald = 36,498) e de apoio intenso (Wald = 7,998), ou seja, é aquele que mais pode ser predito a partir das posições sociais dos casais. Menos do que o tipo associativo, os tipos bastião ( $R^2 = 0,091$ ) e paralelo familiar ( $R^2 = 0,040$ ) sofrem igualmente um impacto bastante significativo dos contextos e tempos sociais, reafirmando as condicionantes que se impõem à dinâmica conjugal em meios preferencialmente populares. Consideravelmente menos dependentes de variáveis de contexto e de tempo social, os tipos fusão aberta e confluyente sugerem a pertinência da ideia de uma autonomia relativa das próprias interacções na constituição da dinâmica interna, uma vez que possuem um carácter socialmente menos localizado do que os restantes. Finalmente, o tipo paralelo destaca-se pelo peso idêntico (em grau de associação) de preditores de contexto social (nomeadamente a baixa escolaridade do cônjuge) e de percurso familiar (nomeadamente a não formalização da união conjugal), entrelaçamento que contrasta com o impacto predominante das variáveis de contexto social nos outros casos.

Em resumo, no que concerne ao efeito dos contextos sociais e temporais, encontramos impactos mais fortes nuns casos e menos fortes noutros, mas quase sempre mais evidentes por comparação com os factores de percurso familiar. No quadro seguinte (quadro n.º 5.25) encontramos os resultados da terceira análise de regressão efectuada, surgindo discriminadas as variáveis que mais permitem prever a incidência estatística de cada tipo de conjugalidade em determinados grupos da população inquirida.

O tipo associativo é, com efeito, o mais predizível a partir do comportamento das variáveis independentes seleccionadas ( $R^2 = 0,164$ ). A classe social do casal, a escolaridade feminina e o tipo de apoio recebido ao longo da vida são, assim, os elementos que mais se correlacionam com este

Tipos de interacção, variáveis de contexto social e variáveis de percurso familiar  
(regressões logísticas)

[QUADRO N.º5.24]

	Associativo			Paralelo			Paralelo familiar			Fusão aberta			Confluente			Bastião		
	R*	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig
<b>Variáveis de contexto e tempo social</b>																		
Escolaridade da mulher.....	0,089	12,996	0,000	-	-	n. s.	-0,073	11,526	0,000	-	-	n. s.	0,191	3,194	0,073	-	-	n. s.
Escolaridade do cônjuge.....	-	-	n. s.	-0,114	20,068	0,000	-	-	n. s.	0,064	8,136	0,004	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Classe social do casal (a)	0,121	36,498	0,000	-	-	n. s.	0,255	15,147	0,000	-	-	n. s.	0,099	13,394	0,000	0,123	41,365	0,000
Idade da mulher.....	-	-	n. s.	-0,031	3,301	0,069	0,051	6,546	0,010	-0,039	4,301	0,038	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Trajectória profissional (b).....	-0,022	2,718	0,099	-	-	n. s.	0,026	3,195	0,073	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Tipo de apoio.....	0,065	7,998	0,004	-	-	n. s.	-0,030	3,620	0,057	0,039	4,229	0,039	0,092	12,982	0,000	-0,131	30,921	0,000
Religião do casal (c)...	-	-	n. s.	-	-	n. s.	0,029	3,523	0,060	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Ano de entrada na conjugalidade.....	-0,021	2,532	0,007	-	-	n. s.	-	-	n. s.	0,023	2,798	0,094	-0,043	4,4680	0,035	0,081	12,956	0,000
	$R^2 = 0,179$			$R^2 = 0,026$			$R^2 = 0,040$			$R^2 = 0,014$			$R^2 = 0,019$			$R^2 = 0,091$		

(continua)

\* Coeficiente de regressão.

(continuação)

	Associativo			Paralelo			Paralelo familiar			Fusão aberta			Confluente			Bastião		
	R*	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig	R	Wald	Sig
<b>Variáveis de percurso familiar</b>																		
Percurso de união conjugal (d).....	-0,025	2,905	0,088	-0,107	18,924	0,000	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Idade de entrada na conjugalidade.....	0,084	12,393	0,000	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-0,027	2,937	0,086	-	-	n. s.
Duração do namoro.....	0,029	3,226	0,072	-	-	n. s.	0,037	3,906	0,048	0,039	4,333	0,037	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Número de filhos residentes.....	-	-	n. s.	0,052	5,973	0,014	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-0,061	5,677	0,017	-	-	n. s.
Intervalo entre conjugalidade e primeiro filho.....	0,042	4,710	0,030	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Intervalo entre primeiro e último filho da actual conjugalidade.....	-	-	n. s.	-	-	n. s.	0,068	8,430	0,003	-	-	n. s.	-	-	n. s.	-	-	n. s.
Idade do filho mais novo.....	-	-	n. s.	-	-	n. s.	0,027	3,025	0,082	-0,025	3,035	0,081	0,030	3,206	0,073	-0,072	8,715	0,003
	$R^2 = 0,025$			$R^2 = 0,024$			$R^2 = 0,012$			$R^2 = 0,006$			$R^2 = 0,007$			$R^2 = 0,007$		

(a) Variável categorial.

(b) Variável considerada intervalar, utilizando-se a seguinte escala: (1) sempre sem trabalho; (2) trabalho em um ou dois momentos; (3) sempre com trabalho.

(c) Variável considerada intervalar, utilizando-se a seguinte escala: (1) sem religião; (2) sem religião e católicos não praticantes; (3) católicos não praticantes; (4) católicos não praticantes e praticantes; (5) católicos praticantes.

(d) Variável considerada intervalar, utilizando-se a seguinte escala: (1) união de facto; (2) coabitação e casamento; (3) casamento civil; (4) católicos não praticantes e praticantes; (5) católicos praticantes.

**Tipos de interacção e preditores significativos  
de contexto e percurso social  
(regressões logísticas)**

[QUADRO N.º 5.25]

		R	Wald	Sig.
<b>Tipo associativo</b> $R^2 = 0,164$	Escolaridade da mulher.....	0,102	16,325	0,000
	Escolaridade do cônjuge.....	0,027	3,008	0,082
	Classe social do casal.....	0,127	33,018	0,082
	Trajectória profissional.....	0,039	4,036	0,044
	Tipo de apoio.....	0,092	13,535	0,000
	Percurso de união conjugal.....	-0,031	3,326	0,068
	Idade de entrada na conjugalidade.....	0,059	6,770	0,009
<b>Tipo paralelo</b> $R^2 = 0,036$	Escolaridade da mulher.....	-0,082	7,509	0,000
	Escolaridade do cônjuge.....	-0,109	18,069	0,000
	Percurso de união conjugal.....	-0,097	14,667	0,000
<b>Tipo fusão aberta</b> $R^2 = 0,021$	Escolaridade do cônjuge.....	0,057	6,961	0,008
	Ano de entrada na conjugalidade.....	0,042	4,633	0,031
	Tipo de apoio.....	0,028	3,182	0,074
	Idade do filho mais novo.....	-0,036	3,905	0,048
<b>Tipo paralelo familiar</b> $R^2 = 0,037$	Escolaridade da mulher.....	-0,075	11,926	0,000
	Idade da mulher.....	0,049	6,163	0,013
	Tipo de apoio.....	-0,036	4,231	0,039
	Religião do casal.....	0,041	4,906	0,026
	Ano de entrada na conjugalidade.....	0,020	2,138	0,053
<b>Tipo confluyente</b> $R^2 = 0,024$	Idade da mulher.....	0,026	2,885	0,089
	Tipo de apoio.....	0,095	13,546	0,000
	Idade de entrada na conjugalidade.....	-0,047	4,770	0,029
	Número de filhos residentes.....	-0,036	3,684	0,054
<b>Tipo bastião</b> $R^2 = 0,078$	Classe social do casal.....	-0,116	24,360	0,000
	Tipo de apoio.....	-0,132	30,928	0,000
	Ano de entrada na conjugalidade.....	0,050	6,098	0,013
	Idade do filho mais novo.....	-0,048	5,751	0,016

tipo. Afirma-se, por um lado, a sua ligação com níveis elevados de capitais sócio-profissionais de ambos os cônjuges, muito embora o carácter associativo das interacções pareça depender mais de uma elevada escolaridade da mulher do que do homem, colocando o ónus da procura de autonomia, em grande medida, do lado dos capitais femininos. Afirma-se, por outro lado, a importância da rede de apoio na estruturação do lado de dentro da vida conjugal e familiar. Em grau menor destaca-se ainda o impacto de uma trajectória profissional feminina sempre com trabalho e de entradas tardias na conjugalidade.

O tipo bastião é igualmente relativamente predizível ( $R^2 = 0,078$ ), surgindo novamente com veemência a combinação entre classe social e tipo

de apoio recebido. Aqui inverte-se, entretanto, o sentido das correlações: o tipo bastião tende a surgir entre grupos pouco qualificados e em que o apoio está ausente. O apoio é, aliás, a variável que, pela negativa, estabelece com o tipo bastião a correlação mais elevada, sendo novamente de frisar a importância desta variável no desenho interno da dinâmica conjugal. Anos mais recentes de entrada na conjugalidade e a baixa idade do filho mais novo completam, ainda com algum impacto, o conjunto de variáveis predictoras deste tipo de funcionamento conjugal.

Sobre o tipo paralelo familiar têm impacto ( $R^2 = 0,037$ ), por ordem decrescente de importância, a baixa escolaridade feminina, a idade mais elevada da mulher, a prática católica do casal, a escassez de apoio recebido e o ano mais recuado de entrada na conjugalidade. São, assim, os contextos sociais e temporais dos casais que respondem pela incidência deste tipo de interacção de matriz tradicionalista: meios pouco qualificados e religiosos onde o apoio não é frequente tendem, quando a mulher é mais velha e casou há mais tempo, a propiciar interacções de tipo paralelo familiar.

O tipo paralelo associa-se significativamente ( $R^2 = 0,036$ ) a um conjunto de três variáveis: a escolaridade feminina, a escolaridade masculina e o percurso de formalização da união conjugal, elemento com mais elevado impacto sobre este tipo (Wald = 14,667). Neste caso, a vivência conjugal não formalizada (união de facto), quando ocorre em meios pouco escolarizados, constitui uma coordenada de percurso familiar que permite prever a incidência preferencial de interacções conformes à autonomia tradicionalista que caracteriza o tipo paralelo. Este é, aliás, o tipo em que uma variável de percurso (a não formalização da conjugalidade) mais actua como elemento agenciador da dinâmica interna, constituindo um factor preditivo do perfil das interacções em meios sociais academicamente pouco qualificados.

Os tipos confluyente e fusão aberta são, finalmente, os que apresentam um menor impacto das variáveis independentes utilizadas na análise: os graus de associação são, respectivamente, de 0,024 e de 0,021, mais baixos, portanto, do que nos outros casos.

O tipo confluyente é sobretudo sensível à intensidade positiva do apoio recebido, sendo pouco significativas as interacções com a escolaridade ou a classe social, variáveis que não se mostram muito eficazes (pois foram excluídas do modelo de regressão) quando se trata de prever a incidência deste tipo em determinados grupos da população inquirida. Além dos contextos de apoio, algumas coordenadas de percurso familiar assumem aqui também um certo efeito: referimo-nos à idade feminina de entrada na conjugalidade e ao número de filhos residentes. Em suma, o tipo confluyente,

embora não seja particularmente predizível através das variáveis independentes, surge sobretudo em contextos onde o apoio é frequente, em que a mulher iniciou cedo a vida a dois e o número de filhos a viverem actualmente em casa não é elevado.

O tipo fusão aberta, do mesmo modo que o anterior, parece ser pouco influenciado pela variação dos contextos sociais e dos percursos familiares ( $R^2 = 0,021$ ). Contudo, destaca-se algum impacto da escolaridade masculina, existindo ainda uma associação positiva com anos de entrada na conjugalidade mais recentes, com a intensidade do apoio recebido e com uma fase actual de vida familiar caracterizada pela baixa idade do filho mais novo.

Algumas conclusões importantes ressaltam desta análise. Em primeiro lugar, devemos frisar a complexidade dos condicionalismos sociais que contribuem para a estruturação da dinâmica interna da vida familiar. Se os capitais escolares e as posições de classe constituem um dos vectores centrais na explicação da diversidade de tipos de interacção, nem sempre assumem a mesma importância e nem sempre estabelecem a mesma simplicidade com as coordenadas temporais (a idade, o ano de entrada na conjugalidade) e de percurso familiar (o modo de formalização da união, o encadeamento entre as várias fases da vida familiar, o momento actual da vida familiar). Uma segunda conclusão remete-nos, assim, para os diferentes graus de associação entre interacções e capitais escolares e sócio-profissionais: enquanto os tipos associativo, bastião, paralelo familiar e mesmo paralelo são fortemente estruturados pelas posições diferenciais na estrutura social, os tipos confluyente e fusão aberta são menos permeáveis à variação das posições sociais, justificando o apelo a outros factores. Dos que estudámos, podemos referir a idade da mulher, a configuração da fase actual de vida familiar (de que a idade do filho mais novo ou o número de filhos residentes constituem coordenadas) e o tipo de apoio recebido. A terceira conclusão que merece destaque prende-se precisamente com o impacto, na maioria dos casos, da intensidade do apoio recebido ao longo da vida familiar sobre os tipos de interacção no presente. A maior ou menor presença de relações sociais de apoio (o «capital relacional») na vida do núcleo familiar constitui uma variável importante para a compreensão das diferentes maneiras de interagir no casal: o apoio intenso promove interacções orientadas por normas de perfil modernista e sexualmente menos diferenciadas (tipos associativo, confluyente e fusão aberta); a ausência ou escassez de apoio tende a ligar-se, contrariamente, a formatos mais tradicionalistas e diferenciados segundo o género (tipos bastião e paralelo familiar). As relações que vêm de fora, em forma de apoio, actuam assim significativamente sobre as relações construídas no interior do núcleo con-

jugal, constituindo, a par da escolaridade ou da classe, e na senda do que propôs Bott nos anos 50, mais um «capital» estruturador da vida familiar. Uma última nota conclusiva prende-se ainda com o impacto do tempo social: à medida que o ano de entrada na conjugalidade avança dos anos 70 para os anos 90 confirma-se a tendência para o decréscimo do tipo paralelo familiar e para o aumento de formas fusionais de funcionamento conjugal (fusão aberta e bastião). O tipo associativo, que também tende a aumentar em anos mais recentes de formação do casal, é, todavia, mais influenciado pela presença de elevados capitais escolares e sócio-profissionais do que pelo tempo social.

## Conclusão

À laia de retrospectiva, importa reter alguns aspectos que nos parecem centrais, enquanto principais resultados desta análise extensiva das dinâmicas internas da conjugalidade no Portugal contemporâneo. Referimo-nos, em primeiro lugar, à constatação da diversidade dos tipos de interacção conjugal, que nos mostrou a variedade de estilos de funcionamento do casal, tanto nas interacções quotidianas como nas orientações normativas que lhes são cúmplices. Referimo-nos ainda às determinações sociais (sobretudo de classe) que indiscutivelmente actuam sobre essas mesmas interacções, sem, contudo, anularem alguma autonomia na edificação da vida privada. Referimo-nos, finalmente, às tendências de mudança que ocorreram no «lado de dentro» da vida conjugal e familiar, afirmando a historicidade e a dinâmica dos comportamentos privados.

O recurso a uma análise extensiva da vida conjugal, como a que aqui efectuámos, permitiu-nos obter uma visão global do que se passa dentro da família conjugal com filhos no Portugal contemporâneo, preenchendo assim uma certa ausência de informação sobre o tema, ainda pouco explorado pela sociologia da família portuguesa. Comprovando a diversidade das formas de interagir na vida conjugal<sup>38</sup>, os resultados a que chegámos permitiram-nos identificar seis tipos de interacção: o tipo «paralelo», caracterizado por uma autonomia conjugal desejada e sexualmente diferenciada e por fechamento ao exterior; o tipo «paralelo familiar», que alia o domínio de práticas conjugais separadas a uma ténue fusão familiar, a

<sup>38</sup> Esta constatação alinha quer com os resultados obtidos por Torres (2000b), em que esta identificou três formas de conjugalidade – instituição, fusão e associação –, quer com os resultados extensivos da equipa suíça (Kellerhals *et al.*, 2000).

divisões de género assinaláveis, a intenções fusionais e a uma abertura média ao exterior; o tipo «bastião», fusional, fechado e marcado por papéis de género diferenciados; o tipo «fusão aberta», onde a fusão é forte, a divisão de papéis conjugais é relativamente igualitária e a integração externa é permeável a diversas saídas e convívios; o tipo «confluente», caracterizado por práticas polivalentes ligadas a uma regra fusional, por papéis de género pouco diferenciados e por abertura forte; finalmente, o tipo «associativo», que conjuga práticas polivalentes expressivas, intenções explícitas de autonomia, papéis de género pouco diferenciados (sobretudo a nível do trabalho profissional) e abertura forte ao exterior.

Uma segunda constatação prende-se com a inexistência de tipos dominantes. Não podemos efectivamente afirmar que um determinado tipo de funcionamento conjugal tenha muito maior peso do que outro: a distribuição que encontramos é relativamente equilibrada. A vantagem numérica dos tipos paralelo familiar (21,7%) ou bastião (19,7%) retrata somente uma distância pequena face aos restantes. Daí que a proporcionalidade da diversidade identificada seja uma das principais conclusões que devemos retirar desta análise. Note-se, no entanto, que os tipos centrados na autonomia como regra de interacção são minoritários, reafirmando-se a força do ideário fusional na conjugalidade.

Uma terceira constatação que merece atenção funda-se na descoberta de diferentes modos de se ser autónomo ou de se ser fusional. Se olharmos para os diferentes tipos de conjugalidade através das categorias analíticas fusão e autonomia, largamente utilizadas na análise das interacções para destrinçar o jogo de cumplicidades entre o «eu» e o «nós», deparamo-nos com maneiras muito distintas de fabricar essas mesmas fusão e autonomia.

No que respeita à autonomia declarada, é forçoso falar de duas formas bastante diferentes de a construir, formas que, aliás, têm um peso percentual semelhante (cerca de 15%). De um lado, descobrimos uma autonomia a que chamámos «tradicional», por se produzir através das diferenças de género no casal e ganhar sedimento num quadro de valores bastante institucionalista. O tipo paralelo corporifica esta forma de autonomia, desejada pela mulher, mas fortemente desigual no que toca ao género tanto em matéria de trabalho como de integração externa. Em suma, se aqui não encontramos a autonomia modernista, tão-pouco podemos falar de fusão conjugal. Contudo, se pensarmos numa concepção mais alargada de autonomia, verificamos que conjugalidades fortemente estruturadas pela diferenciação de género comportam e permitem formas de distanciamento face ao nós-casal, evidência que, de resto, alguns estudos qualitativos igualmente atestam (v., nomeadamente, Wall, 1998a, e Cole, 1994). Do

outro lado, encontramos realmente traços identificadores da autonomia associativa, mais ou menos conformes ao perfil proposto por autores como Roussel (1986). Os condimentos da independência modernista aparecem entre os casais associação através da vontade explícita de autonomia, de práticas múltiplas em que o espaço individual é resguardado e de uma relativa indiferenciação de género (que as estratégias de delegação do trabalho doméstico apoiam em número considerável de casos). O significado sociológico deste conjunto de traços adquire uma acrescida consistência na medida em que se liga a orientações normativas sustentadas por uma visão da conjugalidade como relação, pela aceitação do divórcio e pela forte adesão à ideia de igualdade. É ainda entre os casais associativos que o nós-casal acaba por adquirir maior projecção enquanto subgrupo na vida familiar, fazendo um pouco de contraste com o recorte familiarista que encontramos na maioria das práticas de coesão, pois é normalmente a família nuclear, no seu conjunto, a protagonista das rotinas fusionais.

No que respeita à regra fusional, declarada, aliás, pela maior parte das mulheres inquiridas, existem igualmente diferenças consideráveis quanto às formas de a fabricar. O direccionamento comum para a fusão adquire cambiantes específicos consoante se trate de práticas fusionais ou polivalentes, de papéis de género muito ou pouco diferenciados, de orientações normativas institucionais ou companheiristas. Nesta perspectiva, se analisarmos cada uma das formas de fusão à luz das discussões sobre o movimento de modernização da conjugalidade e da família em direcção a uma maior igualdade de género, a um maior centramento sobre os aspectos relacionais, a uma maior evidência das necessidades individuais, sobressaem duas configurações principais.

Uma primeira dessas configurações é mais institucionalista. Aliando a vontade de fusão a diferenciações de género fortes e a valores institucionais, abarca os tipos bastião e paralelo familiar. No primeiro caso, as práticas são puramente fusionais, afirmando o predomínio do «nós» (casal e sobretudo família), e o fechamento ao exterior é marcado. O sedimento fusional é, por assim dizer, «parsoniano»: a diferenciação de género, traduzida muitas vezes no modelo de ganha-pão masculino, é a outra face da fusão. Em resumo, esta fusão fortemente interiorizada, dado o fechamento ao exterior, é vívida na e pela diferença de papéis, diferença que é, aliás, veiculada como «dever-ser» do ponto de vista das orientações normativas. No segundo caso, as intenções fusionais não coincidem com as práticas: nestas últimas predomina uma dinâmica de separação conjugal, já que as actividades fusionais da família nuclear são algo escassas. A união fusional com o cônjuge existe assim como desejo enquadrado num casamento de matriz institucional, estabelecendo pouca cumplicidade com o domínio

das práticas. Também a abertura média ao exterior se alimenta de actividades que muitas vezes servem para construir, no seio do casal, formas de autonomia pessoal. Todavia, no cômputo global, pensamos que a norma fusional traduz a especificidade deste tipo, distanciando-o notoriamente do tipo paralelo.

Uma segunda configuração da fusão alia-se, do ponto de vista normativo, ao companheirismo. A procura do «nós» faz-se acompanhar de papéis de género menos diferenciados e orienta-se para valores modernistas: o acento na relação, a igualdade em casa e na profissão ou a importância da comunicação a dois. Neste quadrante situamos a fusão aberta, dinâmica fundada em práticas tão fusionais quanto o é a regra de coesão, na partilha conjugal das tarefas domésticas e na abertura ao exterior. Aqui a fusão assenta sobre a paridade, puxando o homem para dentro das rotinas domésticas e permitindo assim um modelo de dupla profissão e de partilha conjunta das lides caseiras. A similitude relativa de obrigações e de actividades entre homem e mulher constitui o elemento central desta fusão companheirista. Por seu lado, no seio do tipo confluyente, também ele vinculado a uma matriz companheirista, a atitude fusional dá espaço à existência, nas práticas, de vários subgrupos familiares, expressando a variedade da dinâmica interna e a convivência entre o estar em casal ou em família e o construir espaços de autonomia pessoal. Estes traços juntam-se a uma diferenciação fraca dos papéis de género, propiciada nomeadamente pela participação masculina nas tarefas domésticas. Aliás, neste caso, o encontro do casal acontece bastante em torno das rotinas instrumentais do dia a dia, já que a partilha conjunta das lides caseiras tem aqui uma importante expressão. O envolvimento doméstico dos dois membros do casal e mesmo dos filhos é, por assim dizer, um factor de confluência, ou, noutros termos, um factor de fusão.

Neste seguimento, se compararmos os tipos cuja matriz de conjugalidade é companheirista – associativo, fusão aberta e confluyente –, verificamos que uma regra fusional tende a propiciar a maior partilha efectiva de tarefas domésticas (uma indiferenciação pela conjugação de esforços), ao passo que uma atitude voltada para a autonomia (no sentido modernista) se associa, no caso das famílias pesquisadas, a um menor envolvimento conjunto do casal nas rotinas domésticas do quotidiano. O distanciamento masculino é antes compensado na terceira pessoa pela empregada doméstica. Podemos, assim, corroborar, sob um novo olhar, a importância do laço produzido pela divisão conjugal do trabalho na construção da coesão conjugal.

Este comentário leva-nos a salientar uma quarta constatação. A da importância das relações de género na estruturação das interacções familia-

res, dimensão central para que a abordagem de matriz interaccionista apoiada em eixos da dinâmica de grupo, como a fusão/autonomia e a abertura/fechamento, seja, efectivamente, capaz de tornar inteligíveis os comportamentos internos das famílias. Com efeito, a fusão e a autonomia ou a abertura e o fechamento vividos e buscados na vida conjugal e familiar não se produzem à margem de relações sociais de género, facto que a análise das divisões conjugais do trabalho e dos lares tão bem demonstrou. O binómio tradicionalista/modernista que aplicámos às diferentes formas de autonomia e de fusão repousa, na verdade, sobre diferentes níveis de «dominação masculina» na conjugalidade; as conjugalidades de matriz institucional, sejam fusionais ou centradas na autonomia, afectam à mulher os encargos tradicionalmente femininos (as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos), libertando o homem de tais actividades, ao passo que nas conjugalidades de matriz modernista existe já uma procura (mais ou menos concretizada) de paridade entre homem e mulher, quer a nível do trabalho, quer na construção da autonomia pessoal.

Em conclusão, não encontramos na sociedade portuguesa actual modelos dominantes, mas antes uma pluralidade considerável de formas de viver em casal e em família. Se existem, *grosso modo*, formas mais fusionais ou mais autónomas de vida conjugal, estas revelam a sua especificidade própria pelo formato mais ou menos plural e mais ou menos diferenciado das práticas e por orientações normativas mais institucionalistas ou mais modernistas, compondo um cenário final bastante matizado.

Esta diversidade de formas de interacção não é, como se pôde constatar, alheia aos contextos sócio-económicos de existência dos casais. A importância das determinações de classe na estruturação das relações conjugais e familiares, mesmo a par da medida de relativa autonomia que se pode imputar aos comportamentos privados, constitui outra conclusão que deve ser frisada.

Com efeito, a hipótese da cumplicidade entre interacções e capitais sócio-económicos tem sido posta à prova no trabalho sociológico sobre a família conjugal, afirmando-se, nomeadamente, a articulação entre fusão e meios populares e entre autonomia e grupos mais qualificados em termos académicos e profissionais (v. Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000, e Torres, 2000b). Ora, a nossa análise, se alinha com estes resultados, acrescenta-lhes, contudo, algumas outras colorações, uma vez que descobre formas de autonomia (desejada como norma) também entre os grupos camponeses e operários. De facto, encontramos três vectores centrais de articulação: a associação entre as dinâmicas paralela, paralela familiar e bastião e os meios camponeses e operários; a conexão entre as dinâmicas fusão aberta e confluyente e os sectores intermédios e executantes do terciário; a

articulação entre as dinâmicas associativas e os grupos com maiores capitais escolares e profissionais.

Sem dúvida, as diferenças observadas consoante as posições na estrutura social revelam a força dos contextos de classe na estruturação das formas de funcionamento conjugal, muito embora não anulem uma certa margem de autonomia das próprias interações. O determinismo absoluto, de facto, não existe. Por exemplo, casais operários jovens associam-se tanto ao tipo paralelo, caracterizado pela «autonomia tradicional», como ao tipo bastião, marcado pela fusão fechada e sexualmente diferenciada. Do mesmo modo, encontramos entre as profissões técnicas e de enquadramento intermédio uma sobre-representação quer de dinâmicas associativas, quer do tipo fusão aberta. De facto, como a análise de regressão que efectuámos permitiu demonstrar, os capitais escolares e as posições de classe, vectores centrais na explicação da diversidade de tipos de interacção, nem sempre possuem impacto idêntico sobre todas as conjugalidades, pois, enquanto os tipos associativo, bastião, paralelo familiar e mesmo paralelo são fortemente estruturados pelas posições diferenciais na estrutura social, os tipos confluyente e fusão aberta são menos permeáveis à variação das posições sociais, corroborando a validade de uma articulação complexa entre classe social e dinâmicas conjugais. Neste caso, a representação da fusão como «dever-ser» da conjugalidade, ao constituir-se como ideário comum a vários grupos sociais, actua, muito provavelmente, de forma algo transversal aos contextos de classe específicos, reiterando a importância, nas sociedades contemporâneas, do centramento romântico na identidade fusional do casal. A ênfase numa intimidade conjugal fusional é, aliás, um dos traços fundamentais do processo de privatização da vida familiar. A autonomia modernista configura, entretanto, o tipo de dinâmica que mais predizível é a partir das coordenadas de classe do casal, indiciando o desenvolvimento preferencial de formas de individualização em grupos sociais possuidores de mais capitais escolares e sócio-profissionais.

Em suma, o campo de possíveis que a pertença de classe delimita permite, ainda assim, alguma variação no fabrico da dinâmica interna do casal, muito embora, em termos globais, a força das condições sociais de existência sobre a estruturação da vida conjugal seja indiscutível. Aliás, a estreita cumplicidade entre o par classe social e família é uma conexão que deve ser ressaltada.

Estas variações intraclassistas são também agenciadas, como vimos, pela presença ou ausência de apoios quotidianos – outra das variáveis-chave na estruturação do «lado de dentro» da conjugalidade. Em presença de capitais escolares mais ou menos homogêneos, constatámos o im-

pacto dos contextos de apoio sobre o domínio das interações. Quer se tenha apenas o ensino primário ou uma escolaridade superior, a ausência de apoio associa-se a formas conjugais mais diferenciadas em matéria de divisões de género e caracterizadas ora pela autonomia conjugal tradicional, ora pela fusão fechada, ao passo que a presença de apoio frequente se articula antes aos tipos associativos e confluentes. Estes resultados invertem, assim, os termos da hipótese de Bott, pois a presença de ajuda provoca um aumento da igualdade conjugal, e não da diferenciação de papéis, ao mesmo tempo que atestam o potencial explicativo da rede de apoio sobre o lado de dentro da vida conjugal e familiar.

No entanto, outra constatação importante, a corroborar a importância dos contextos sócio-económicos de existência, reside no carácter de classe das mudanças ocorridas no plano das interações ao longo das últimas décadas, pois, se ter entrado na conjugalidade em tempos sociais diferentes implica diferentes modos de viver o casal e a família, é dentro de meios sociais específicos que essas mudanças se afirmam com maior nitidez. Se nas últimas três décadas mudanças houve – nos padrões demográficos, nos valores, no emprego feminino – que alteraram indelevelmente o panorama global da família na sociedade portuguesa, os tipos de interacção conjugal revelam transformações bem ancoradas na estrutura social. Em todos os meios sociais se fez sentir, sobretudo a partir de meados de 80, um decréscimo do tipo paralelo familiar, bastante diferenciado e institucional. Mas a mudança tomou rumos diversos, consoante se trate de grupos com mais capitais escolares e profissionais ou de grupos camponeses e operários. No primeiro caso registou-se um acréscimo de formas associativas, enquanto no segundo se verificou uma maior sobre-representação de dinâmicas de tipo fusional.

A análise do efeito do tempo social sobre a vida conjugal permitiu-nos perceber o carácter historicamente situado dos modelos de interacção, reconstituindo a ligação entre família e mudança social, proposta, aliás, por vários autores. Desde a visão adaptativa da família, que meramente se deixava moldar pelas transformações sociais que lhe eram impostas do exterior – perspectiva comum a Durkheim (1975 [1895]) e a Parsons (1955 e 1971) –, a propostas mais compreensivas da diversidade familiar e da sua capacidade construtora de realidade, como a de Burgess, Locke e Thomes (1960 [1945]) ou, mais recentemente, a de Roussel (1980, 1991), autor que nos descreve quatro tipos modais de família atravessados pelo impacto do processo de modernização social. Ora, no seguimento das propostas destes últimos autores, podemos entrever no progressivo aumento de tipos de conjugalidade orientados pelo companheirismo modernista (seja a fusão, seja a associação) algumas transformações sociais importantes ocor-

ridas em Portugal. Diminui, nomeadamente, o peso da instituição matrimonial, com as suas codificações normativas de papéis de género ou de valores institucionais assentes no respeito pelo casamento.

Neste sentido, tanto a fusão como a associação se manifestam, no presente, como produto de mudanças ocorridas na conjugalidade, representando ora um movimento tendencial para o casal, ora um movimento tendencial para o indivíduo. Ambos os movimentos – a conjugalização, a individualização – sinalizam, como comentam alguns autores (v., por exemplo, Elias, 199, e Giddens, 1996), o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional (representado quase como pré-moderno), assente na diferenciação extrema, na indisso-lubilidade dos laços familiares, na reprodução do grupo, na fortíssima codificação normativa dos comportamentos. Em ambos os casos se assiste, assim, ao que podemos entender enquanto modernização da vida conjugal e familiar.

No primeiro caso, a convivência entre o casal assume-se como elemento central da relação familiar, acento que não é estranho à força crescentemente adquirida pela afectividade romântica, que tudo procura partilhar com o outro, enquanto motor e justificação última da relação conjugal (Chaumier, 1999); presente-se aqui o reforço da conjugalização da família nos meios populares, em consonância com o movimento de privatização da vida familiar.

No segundo caso, é a individualização que ganha terreno na vida conjugal, corporificando um movimento central de transformação característico das sociedades ocidentais contemporâneas. A autonomia individual é assim, crescentemente, um bem a preservar, mesmo no ninho afectivo da conjugalidade: a gratificação com a profissão ou as relações de amizade e a vivência individual de tempos de lazer e de sociabilidade sinalizam a inserção desejada em espaços alternativos ao universo familiar, abrindo o indivíduo ao exterior. Esta forma de autonomia modernista, baseada na igualdade de género possível, parece alimentar-se, em significativa medida, da relação com o mundo exterior à família, oferecendo possibilidades para uma maior expressão da individualidade, que não é totalmente nutrida pela inserção no nós-casal ou no nós-família.